

Abril de 2019

100

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS

CONTEÚDO
LIVRE
DE PROPRIEDADE
INTELLECTUAL

**contar até cem
25 anos**

injustiças, lutas, esperanças

BIODIVERSIDADE SUSTENTO E CULTURAS

Número 100, abril de 2019

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica

notransgenicos@accionecologica.org

Acción por la Biodiversidad

agenciabiodla@gmail.com

Base-Is

mpalau@baseis.org.py

Campaña de la Semilla de La Vía Campesina –

Anamuri_internacional@anamuri.cl

Centro Ecológico

serra@centroecologico.org.br

CLOC-Vía Campesina

secretaria.cloc.vc@gmail.co

Colectivo por la Autonomía

erobles_gonzalez@hotmail.com

GRAIN

carlos@grain.org

Grupo ETC

grupoetc@etcgroup.org

Grupo Semillas

semillas@semillas.org.co

Red de Coordinación en Biodiversidad

rcbcostarica@gmail.com

REDES-AT Uruguay

biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina
Maria Eugenia Jeria, Argentina
Maria José Guazzelli, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Evangelina Robles, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente

sitiobiodla@gmail.com

Edição

Ramón Vera-Herrera

constelacion50@gmail.com ramon@grain.org

Design e diagramação

Daniel Passarge

danielpassarge@gmail.com

Conteúdo

EDITORIAL: CONTAGEM ATÉ CEM	1
Louvor a quem merece <i>Silvia Rodríguez Cervantes</i>	3
Por que é necessário reconhecer os direitos da Natureza <i>Elizabeth Bravo (Acción Ecológica)</i>	6
Os direitos do arroz selvagem <i>Winona Laduke</i>	8
A fraude dos gigantes agroalimentares <i>José Godoy, Evangelina Robles, David Sánchez, Colectivo por la Autonomía</i>	10
Do patenteamento da vida aos genes de extinção <i>Grupo ETC</i>	14
Cresce o cerco corporativo, mas também as respostas sociais em defesa dos bens comuns <i>Alianza Biodiversidad</i>	17
Nosso caminho: construir unidade popular para radicalizar a disputa pelos sentidos da vida <i>REDES-AT Uruguai</i>	26
CLOC: fogo, luz, ação da Via Campesina na América Latina <i>Biodiversidad</i>	30
Brasil: diante da devastação, apenas a luta, a memória, a resistência viva <i>Fernanda Vallejo</i>	34
Uma panorâmica e muitas vistas - Reunindo palavras	37

A foto da capa nos mostra algumas pessoas avistando desde sua *milpa* o projeto em construção da Tránsito-Represa Baba, “pomposamente chamado de ‘projeto de propósito múltiplo’ na província de Quevedo, o qual está transpondo 86% do curso do rio Baba, o que abriria, diziam os técnicos, mil hectares de terras cultiváveis”. Essa represa está próxima a enormes agroindústrias e plantações de abacaxi (Dole) e banana (Bonita), de onde abundam agrotóxicos pulverizados que acabam na água de consumo e nos campos e hortas comunitárias e familiares. Uma foto parecida foi capa do número 57 de nossa revista, em julho de 2008. As fotos de ambas as capas são de Carlos Vicente.

As fotos deste número 100, que celebram os 25 anos de publicação contínua de nossa revista (que nós consideramos uma ferramenta para a memória, a reflexão e o esclarecimento de todas e todos nós, povos, comunidades, movimentos, centros de pesquisa, organizações e pessoas físicas) foram obtidas dos nossos próprios arquivos, de pessoas que com toda a generosidade tiraram fotos e as compartilharam, como Prometeo Lucero, Jerónimo Palomares, Leonardo Melgarejo, Edwin Chancusig, Viviana Sánchez Prada, Henry Picado, Mireia Sentís, Heriberto Rodríguez, além dos desenhos que não poderiam faltar de Rini Templeton, artista visual comprometida, companheira nas lutas dos movimentos libertários, sindicais, de gênero e em prol dos povos originários no México e América Central, durante sua vida. Também usamos como ilustrações, diversas amostras visuais da representação, transformada em design gráfico, de diferentes povos da América do Norte, Central e do Sul. Esses olhares se complementam com os que fomos construindo a partir da própria *Alianza*, ao nos encontrarmos em reuniões, oficinas, encontros, fóruns, seminários e assembleias locais, regionais, nacionais e internacionais, onde vamos reunindo um sujeito (uma pessoa social, comunitária coletiva plena) forte e contundente que temos uma visão, a qual expressamos e buscamos compartilhar. Às vezes esse olhar também se transforma em fotos.

Agradecemos o apoio da Fundação Siemenpuu, da Fundação Pão para o Mundo e da Fundação Fastenopfer. Na versão editada no Brasil, em português, esta publicação foi apoiada por Framtidsjorden/Suécia.



“Este material foi parcial ou totalmente financiado pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Sida). As opiniões expressas nele não são necessariamente compartilhadas pela Sida. A responsabilidade pelo conteúdo cabe exclusivamente aos autores do material”.

Contar até cem

Quando nos encontramos frente a situações que nos dominam e geram o impulso de uma reação de violência ou agressão, uma das estratégias socialmente recomendadas é "contar até dez antes de dizer alguma coisa".

Hoje enfrentamos um mundo que, pela mão da atividade humana, superou tudo o que poderíamos imaginar em termos de destruição, violência, desigualdade, hipocrisia e perda dos valores mais básicos de convivência entre seres humanos e com a natureza.

Por isso, nesta edição 100, propomos que se faça o exercício de contar até cem, percorrendo parte dos caminhos andados e compartilhados, das análises que anunciaram parte desse desastre e, acima de tudo, reafirmando a convicção dos povos de que existem outros caminhos e que já estamos andando por eles.

Então, vamos respirar fundo e contar até cem ...

Porque, há cem números, denunciávamos que o agronegócio não vinha para acabar com a fome, mas para nos transformar, e também à nossa comida, em mercadorias.

Porque anunciávamos que os transgênicos não viriam para produzir mais alimentos, mas para aumentar o uso de agrotóxicos produzidos pelas mesmas grandes corporações que os criaram.

Porque dissemos que esses agrotóxicos representavam uma ameaça à saúde dos ecossistemas e das pessoas e, infelizmente, hoje essa denúncia foi confirmada com números e estatísticas escandalosos.

Porque indicamos que o avanço da fronteira agrícola com monoculturas traria uma destruição maciça da biodiversidade. Talvez não imaginássemos então que tal destruição equivaleria a mais de cem milhões de hectares desmatados no continente durante essas décadas.

Porque acionamos o alarme sobre a apropriação dos conhecimentos e saberes tradicionais pelas empresas por meio dos direitos de propriedade intelectual.

Porque previmos que as leis das sementes seriam a prisão onde as multinacionais pretendem encarcerar esse legado dos povos que levou dez mil anos em sua criação. E hoje descobrimos que perdemos 75% dessas sementes, enquanto muitas estão encerradas em bancos de germoplasma longe das mãos de camponesas e camponeses.

Porque também denunciemos a monopolização de terras que piorou nas últimas décadas e atualmente tem os povos da terra confinados em menos de 25% da área disponível para a agricultura.

Porque colocamos o foco no sistema agroalimentar global como um dos principais responsáveis pela crise climática, e hoje as evidências a esse respeito crescem a cada dia.

Porque fomos descrevendo uma a uma as implicações da imposição de novas tecnologias que, como falsas soluções e na mão do "mercado", procuraram impor às nossas sociedades. As sementes Terminator, a geoengenharia e a edição genética foram sendo expostas nessas páginas, revelando o que elas realmente representam: armadilhas tecnológicas para fazer negócios e encobrir as soluções reais.

Porque demos nome à maneira pela qual o poder corporativo e financeiro buscava (e busca) criar um governo mundial acima de nossos países frágeis (e contraditórios): os acordos bilaterais e multilaterais de livre comércio em toda a América Latina, aos quais resistimos e continuamos resistindo.

E, finalmente, porque disparamos o alarme sobre como a voracidade corporativa ameaçava nossos povos, territórios e bens comuns. Mas nesta listagem e chegando ao número cinquenta, também durante esses anos fomos sonhando e construindo pontes com as comunidades, os povos, as organizações e os coletivos que, através da resistência, vieram dizer bem forte: OUTRO MUNDO É POSSÍVEL. E, durante esses anos, a partir de "vamos globalizar a luta, vamos globalizar a esperança" marcaram o caminho que devemos seguir. Apontando a preservação integral de territórios nas mãos de comunidades com autonomia e autodeterminação. Porque sem terras e territórios nas mãos de povos originários, camponesas e camponeses, não há qualquer futuro para a humanidade. Propondo (e criando) a soberania alimentar como um novo paradigma e horizonte consciente para a agricultura, que possibilite uma liberação sem precedentes de comunidades, coletivos e pessoas.



Projeto multipropósito Baba, Quevedo, Equador, 2008. Foto: Carlos Vicente

Defendendo as sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade para produzir alimentos saudáveis.

Demonstrando que a agricultura camponesa (que tem nada menos do que dez mil anos de história) é a base sobre a qual podemos construir uma agroecologia que, como nos últimos dez mil anos, fornece alimentos sem destruir o entorno.

Ensinando, ensinando-nos, que as camponesas e camponeses podem esfriar o planeta e lutar por ele nos territórios.

Compartilhando, como os povos sempre fizeram, os saberes e o conhecimento que continuam a nutrir a diversidade que nos permite ser uma comunidade.

Recuperando as tarefas de reprodução para todas e todos, colocando-as no centro da existência como horizonte e significado.

Organizando-se para enfrentar, onde parecia impossível, ao poder corporativo e financeiro, e mostrando que somos os povos quem pode estabelecer um limite.

Propondo uma revolução em nossas relações para acabar com a violência patriarcal e, a partir de um feminismo camponês e popular, envolver todos e todas na construção de uma sociedade sem violência.

Tudo isso não é pouco, certo?

Sem esse caminho percorrido pelos povos, nosso trabalho perderia relevância e seria apenas mais um testemunho. No entanto, quando a revista é discutida em oficinas, lida nas rádios comunitárias, fotocopiada para capacitações ou recebe contribuições vivas das comunidades, é quando ficamos empolgados e apostamos em mais cem números.

Esperamos que continuem nos acompanhando. 🌱

BIODIVERSIDAD

Louvor a quem merece

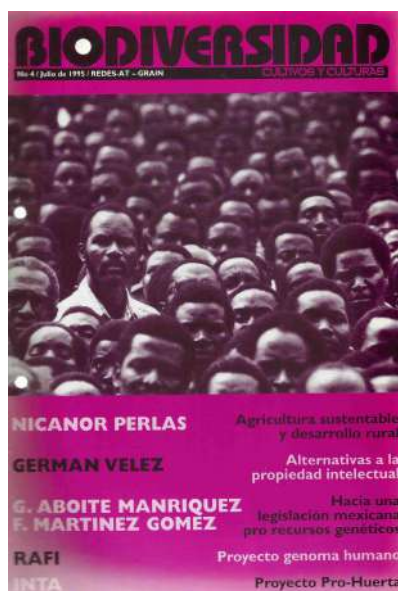
Silvia Rodríguez Cervantes

Há 25 anos, em setembro de 1994, a revista nasceu. Naquela época, chamava-se Biodiversidad. Cultivos y Culturas sob a iniciativa de GRAIN (Barcelona) e de Redes-Amigos da Terra (Uruguai). Em sua primeira página foi feito um convite aos leitores, salientando que "devido à magnitude das forças econômicas e políticas que hoje sustentam a indústria da biotecnologia, elas só podem ser contidas e desmontadas por meio de uma colaboração ampla e multifacetada". Desde a sua criação, a publicação honrou esse convite, propondo ser um meio de "... compartilhar informações, conhecimentos, experiências, preocupações e ações para recuperar a autogestão não apenas da biodiversidade agrícola, mas também das culturas que a sustentam [já que] a biodiversidade e a diversidade cultural são sinérgicas".

As primeiras edições foram em grande parte traduções para o espanhol de artigos do boletim bimestral *Seedling* de GRAIN, publicado em inglês desde 1990; entretanto, as preocupações e perspectivas próprias de nosso continente também estiveram ali presentes. Entre outros autores, líamos desde então artigos de Carlos Vicente (Argentina), Ângela Cordeiro (Brasil), Mario Mejía e Germán Vélez (Colômbia), Eduardo Gudynas e Silvia Ribeiro (Uruguai), Camila Montecinos (Chile). Pouco tempo depois, artigos latino-americanos específicos começaram a dominar o conteúdo da revista que também modificou seu nome, tornando-se *Biodiversidad, Sustento y Culturas* a partir do número 9/10 de dezembro de 1996. Da mesma forma, foi aberto espaço para divulgação de reuniões, declarações e propostas geradas na América Latina e no Caribe.

O comitê editorial, o comitê assessor, a editora e o responsável pela edição. Nas 16 primeiras revistas (em junho de 1998), o comitê editorial era composto por Nelson Álvarez, Karin Nansen, Silvia Ribeiro e Carlos Vicente, representando as duas organizações fundadoras. Esse comitê foi reforçado em setembro de 1998 com a criação de um comitê assessor, após uma reunião em Montevidéu, na qual participaram representantes do Brasil, Chile, México, Colômbia, Argentina e Costa Rica. O dar espaço formal a novos enfoques e inquietudes oficializou o caráter e a direção latino-americana da revista.

Queremos dar um destaque especial para o trabalho e dedicação de Carmen Améndola (Uruguai), editora da revista de junho de 1999 (nº 19/20) até meados de 2006, quando, infelizmente, ela veio a falecer após uma dolorosa enfermidade. Agora que estamos comemorando a centésima publicação da revista, que-



remos fazer uma sincera homenagem à sua memória. Do número 50-51, em janeiro de 2007 até hoje, Ramón Vera-Herrera é responsável pela edição. Desde então, todas as revistas vêm à luz com uma pontualidade digna de reconhecimento e sempre incluem um artigo editorial que orienta o leitor quanto ao seu conteúdo e importância. A barra que marcava o respaldo de GRAIN e de Redes deixou de aparecer na capa, embora sempre tenhamos continuado a contar com o apoio deles. O conselho assessor torna-se um amplo comitê editorial ao qual se juntaram representantes do Equador e do Paraguai. Alguns membros fazem parte de organizações internacionais como a Via Campesina, ETC, GRAIN, Amigos da Terra; outros têm longas histórias de luta dentro da ecologia social em seus respectivos países, todos sob a cobertura da *Alianza por la Biodiversidad*. A administração da revista ficou a cargo de Lucía Vicente.

A elas e a eles, muito obrigado por seu trabalho e dedicação, e uma lembrança afetuosa para aqueles que não fazem mais parte da revista ou da Alianza.

A revista impressa e online. No início, a revista era impressa no Uruguai, enviada gratuitamente por correio tanto para assinaturas individuais ou em pacotes aos países do conselho assessor para distribuição nas suas regiões. Devido a dificuldades econômicas, isso não é possível para todos os números, mas sua divulgação trimestral é realizada online, com o grande apoio que o site GRAIN (Barcelona) continua a fornecer e no da *Acción por la Biodiversidad* (Argentina), onde todas as edições da revista são encontradas. Agora ela é impressa em cada país onde há organizações da Alianza, é distribuída manualmente em reuniões, oficinas e visitas às comunidades e organizações onde as pessoas a leem. Não podemos deixar de mencionar a revista 80, de abril de 2014, que imprimimos amplamente, porque com ela comemoramos “Vinte anos de luta”, com uma reunião da *Alianza* na Costa Rica.

Reconhecimento às autoras e autores de contribuições que deixaram e estão deixando sua marca na caminhada. Não gostaria de repetir os temas que foram constantes nas cem edições da Biodiversidad e sobre as quais foi feito um relato na revista 80. Quero apenas lembrar e comentar algumas reflexões que Silvia Ribeiro fez na época em seu artigo “Guerra Corporativa x 20” e vinculá-las ao momento atual. Silvia nos disse que, quando a revista nasceu em 1994, “não havia culturas GM plantadas comercialmente em nenhum país. A Monsanto não estava entre as maiores empresas de sementes. Não havia OMC, nenhum país era obrigado a estabelecer leis de propriedade intelectual (PI) sobre seres vivos, nenhum país latino-americano era membro da UPOV, nem havia leis da Monsanto ou de biossegurança”. No entanto, ela acrescentou, a ameaça de tudo isso já era mais do que latente e vinha com enorme força e caráter destrutivo dos meios de sustento e das culturas de nossos povos.

Já havia o conhecimento e a preocupação das pioneiras e pioneiros da revista sobre essa ameaça presente nas discussões comerciais da Rodada Uruguai (que levaria à OMC); dos acordos que vinham sendo gestados desde os anos sessenta para estabelecer os direitos de obtentor na incipiente UPOV, e nas décadas de oitenta e noventa os direitos dos fitomelhoristas no Tratado de Recursos Fitogenéticos da FAO. Todos esses “direitos” contrastavam com as fracas propostas sobre os direitos dos agricultores e as iniciativas contra as sementes camponesas que começavam a ser “congeladas”, em sentido real, nos bancos de germoplasma e figurativamente com a ameaça da propriedade intelectual (PI).



Desenho: Rini Templeton

Os iniciadores da revista também tinham uma consciência clara do perigo iminente das grandes empresas transnacionais, dos efeitos que a biotecnologia moderna teria na agricultura com seus produtos transgênicos, baseados no uso de herbicidas e protegidos por PI. A revista também alertou desde o início sobre os "cantos das sereias" que entorpecem o pensamento crítico com suas falsas promessas, como a criação alternativa de PI *sui generis*, a "distribuição justa e equitativa" dos benefícios da biodiversidade, as grandes vantagens dos transgênicos e da agricultura comercial. Observava-se que todas essas fantasias estavam incluídas nos acordos comerciais e até nos tratados de suposta proteção da agrobiodiversidade e da biodiversidade silvestre. Assim, a revista constituiu-se em um meio precursor que estudou, desmascarou e divulgou todas essas promessas, além de apoiar as soluções de grupos camponeses, povos indígenas e coletivos ecologistas. As lutas continentais contra os transgênicos e os tratados e leis nacionais de sementes são apenas uma amostra deles.

Juntamente com todas as preocupações que continuam sendo objeto de difusão na revista, outras começaram a emergir provenientes da "modernização" dos tratados de livre comércio; das novas tecnologias, como a biologia sintética; da nova biopirataria, agora com o controle de recursos genéticos de florestas, selvas e propriedades camponesas por meio da informação digitalizada; e a nova ameaça de privatizar diferentes expressões do "folclore" usando uma suposta PI coletiva *sui generis*.

Diante desses desafios, a posição firme da *Alianza Biodiversidad* é continuar pesquisando, dialogando e propondo ações concretas sempre a serviço dos povos e comunidades. 🌱

Argumentos contra la geoingeniería



El gran fraude científico

En un mundo dominado por intereses económicos y políticos, los científicos se ven obligados a aceptar el poder de la industria y a aceptar el poder de la industria y a aceptar el poder de la industria...

EL PROYECTO DE DIVERSIDAD GENÉTICA HUMANA



El Proyecto de Diversidad Genética Humana es un proyecto de investigación que busca comprender la diversidad genética humana y su papel en la evolución y la adaptación a diferentes entornos.

Elementos para el debate sobre el acaparamiento



El acaparamiento de la agricultura es un fenómeno que ha crecido rápidamente en los últimos años, afectando a los pequeños productores y a la biodiversidad.

El largo brazo del acaparamiento alimentario



El acaparamiento alimentario es un fenómeno que ha crecido rápidamente en los últimos años, afectando a los pequeños productores y a la biodiversidad.

Nuevos tratados de libre comercio

1. La brutalidad de las cadenas transnacionales de suministro, normalizada



Los nuevos acuerdos de comercio, en su mayoría, se basan en la explotación de los recursos naturales y en la explotación de los recursos naturales...

Crítica científica y biotecnología de desarrollo urgente

La naturaleza en el horno



El desarrollo de la biotecnología debe ser guiado por principios éticos y científicos, evitando la explotación de la naturaleza y de los recursos naturales...

Energía, alimentación y gases con efecto de invernadero



El cambio climático es un fenómeno que ha crecido rápidamente en los últimos años, afectando a los pequeños productores y a la biodiversidad.

Energía, alimentación y gases con efecto de invernadero



El cambio climático es un fenómeno que ha crecido rápidamente en los últimos años, afectando a los pequeños productores y a la biodiversidad.

Apresentamos dois textos que atualizam os direitos da Natureza, em um contexto em que é proposta uma interação mais clara com as contrapartes humanas daqueles que são os sujeitos desses direitos. E as razões que respaldam pessoas e comunidades a promovê-los. O primeiro é de Elizabeth Bravo (Acción Ecológica), que nos fala sobre a necessidade de manter e promover tais direitos. O segundo é da ativista Winona Laduke, que narra como a partir da tribo Ojibwe do povo Anishinabe nos Estados Unidos, os direitos do Moomoonin (arroz selvagem) são reconhecidos e os fundamentos de autonomia que lhes dão suporte.

Por que é necessário o reconhecimento dos direitos da Natureza

Elizabeth Bravo-Acción Ecológica

As alterações que o planeta está enfrentando atualmente pela ação humana são tão graves que há quem considere estarmos diante de uma nova era geológica. Alguns falam do Antropoceno (proposta inicial do químico Paul Crutzen, que considera que a influência do comportamento humano causou profundas mudanças a nível planetário), enquanto outros falam do Capitaloceno (uma vertente que vem das ciências sociais e sustenta que é a necessidade de acumulação ilimitada do capitalismo que está causando o colapso do equilíbrio do planeta).

O que todos concordam é que a intervenção humana (ou o capitalismo) se tornou uma força transformadora no planeta.

Em 1995, a sociedade industrial mobilizava 104 bilhões de toneladas de diversos materiais e energias, incluindo biomassa, rochas e minerais, superando as quantidades mobilizadas pela natureza através de seus ciclos geobioquímicos.

Quando começa o antropoceno? Para Germán Palacio e seus colegas¹, o antropoceno é um produto da guerra fria e da corrida armamentista. Foi durante esse período que as ciências atmosféricas, a oceanografia, a geologia e a energia nuclear tiveram mais desenvolvimento; e foi também nessa época que a biologia molecular (que mais tarde levaria à engenharia genética e aos transgênicos) deu os primeiros passos.

Muitas pesquisas daqueles anos foram financiadas pela Fundação Rockefeller com a idéia de que não era mais hora da ciência se dedicar a elucidar as grandes leis da natureza, mas sim entender como ela funciona, para obter produtos de importância industrial.

O ponto de partida poderia ser o lançamento das bombas em Hiroshima e Nagasaki, que constituíram uma enorme agressão contra a natureza. Uma bomba de um megaton gerou no momento da detonação uma temperatura de um milhão de graus Celsius e, um segundo depois, a bola de fogo emitiu entre 3.000° C e 4.000° C. Embora essas tenham sido as únicas bombas lançadas sobre a população humana, muitas outras foram lançadas em diferentes partes do mundo (especialmente no Oceano Pacífico), algumas delas ainda mais poderosas do que a primeira.

O que aconteceu em Hiroshima foi possível apenas porque os cientistas conseguiram intervir na estrutura do átomo, a menor unidade da matéria, que permitiu emitir uma imensa quantidade de energia letal, não apenas para os seres humanos, mas também para a natureza. Poderíamos usar o paralelismo com o que acontece na engenharia genética, que significa em suma a manipulação da molécula da vida: o DNA, cujas aplicações práticas têm impactos devastadores nas sociedades humanas e na Natureza.

O nascimento dos direitos da Natureza no Equador. O reconhecimento de um direito torna-se necessário quando são evidenciadas as violações ao sujeito do direito, e existe um movimento social que defende seu reconhecimento e aplicabilidade. No caso do Equador, foi a força dos movimentos indígenas e ecologistas que tornou isso possível.

Em uma análise da primeira década de reconhecimento dos direitos da Natureza na Constituição do Equador, Maldonado e Martínez² relatam a evolução dos direitos humanos: primeiro os indivíduos foram reconhecidos, depois os direitos coletivos e agora a inclusão dos direitos da Natureza no Equador e na

Bolívia; significando uma ampliação da gama de direitos e conscientização dos deveres que temos para com a Natureza.

É importante distinguir entre os direitos da Natureza e os direitos ambientais. No caso dos direitos ambientais, o centro continua sendo o ser humano, pois estabelece que o ambiente deve ser conservado e protegido da contaminação, desde que haja efeitos nos seres humanos. Os direitos da Natureza, por outro lado, reconhecem-na como sujeito de direitos. Uma das primeiras reflexões a esse respeito foi preparada pelo magistrado colombiano Ciro Angarita pouco antes de sua morte, em uma visita ao Equador. Essas reflexões foram uma das fontes de inspiração para esses direitos serem especificados na Magna Carta do Equador.

Em que consistem os direitos da Natureza. De acordo com nossa Constituição, a Natureza tem direito à sua existência, à manutenção e regeneração de seus ciclos biológicos, evolutivos, estrutura e funções, e à sua restauração. Além disso, existe uma abordagem intercultural, incluindo a cosmovisão andina da Natureza: a Pachamama, o que resulta em que não há contradição entre os direitos humanos e os da Natureza, uma vez que todos fazemos parte da Pachamama, somos todos, em última instância, Natureza. Segundo Nina Pacari³, a noção de que a Natureza é um sujeito cujos direitos devem ser protegidos deriva dos povos indígenas, cuja visão de mundo inclui o princípio da relacionalidade, que envolve a não separação entre sujeitos de direitos.

Não se trata de um conceito de Natureza intocada, porém adverte que sua existência e seus ciclos naturais devem ser respeitados.



Comuna de Achullay, Guamote-Chimborazo, Equador. Foto: Edwin Chancusig

Por exemplo, a agricultura indígena e camponesa não viola os direitos da Natureza porque reproduz ou imita a estrutura natural; porém a agricultura baseada em monocultura de grande escala, com o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, sim, viola.

O texto constitucional estabelece que qualquer pessoa, comunidade, povo ou nacionalidade pode exigir da autoridade pública o cumprimento dos direitos da Natureza. Aqui nos adverte que é uma responsabilidade e um direito de todos exigir o seu respeito. A Natureza também tem o direito de se restaurar quando danos forem provocados.

Qual a importância de impulsionar os direitos da Natureza? Pode nos ajudar a frear propostas tecnológicas que possam mudar irreversivelmente o planeta e a própria vida. A geoengenharia tem como objetivo transformar o clima planetário (para poder continuar produzindo gases de efeito estufa), transformando a atmosfera (através de uma série de técnicas de controle de radiação solar), pela alteração do subsolo através da injeção de gás natural, carbono ou basalto em certas formações geológicas, a fim de "sequestrar e aprisionar" o carbono ali, ou pelo aumento da fotossíntese "fertilizando" artificialmente certas regiões de baixa produtividade no mar, para que as algas proliferem, independentemente dos impactos que tais técnicas possam ter na vida marinha. São todas violações dos direitos da Natureza.

Existem também as novas tecnologias moleculares que foram propostas para manipular, ao arbítrio das empresas, o código genético, atendendo a uma série de objetivos, incluindo a extinção de certas espécies indesejáveis (como mosquitos vetores de doenças ou espécies invasoras nos ecossistemas insulares); ou reverter a tolerância que algumas "ervas daninhas" desenvolveram aos herbicidas como resultado da expansão selvagem de culturas transgênicas em certas regiões do mundo.

Esse modelo tecnológico aprofunda as leis da natureza, não mais para obter produtos de importância industrial, mas para violar essas leis com fins comerciais.

O reconhecimento dos direitos da Natureza constitui uma necessidade no século XXI, quando o sistema militar-urbano-industrial colocou em risco cada um dos elementos de tudo aquilo que podemos considerar como o reino vivo.

Notas:

1 Palacios G. et al, "Antropoceno o Capitaloceno en fricción". *Ecología Política Latinoamericana*. CLACSO, 2018.

2 Maldonado A. e Martínez E. "Evolución de los derechos de la Naturaleza". *Una década de derechos de la Naturaleza*, 2019.

3 Pacari N., *Una década de derechos de la Naturaleza*, 2019.



Os direitos do arroz selvagem

Winona Laduke

O manoomin (arroz selvagem) agora tem direitos legais. No final de 2018, o grupo Tierra Blanca, dos Ojibwe, reconheceu os "direitos do Manoomin" como uma atribuição da autoridade reguladora tribal. A resolução declara: "Tornou-se necessário fornecer uma base legal para proteger o arroz selvagem e os recursos de água doce para as gerações futuras, por serem parte de nossos alimentos primordiais".

Esta lei reflete os direitos tradicionais do povo Anishinaabe, agora codificados de acordo com a autoridade reguladora do governo tribal. A ação do grupo Tierra Blanca segue uma resolução semelhante expressa pela autoridade que emana do Tratado de 1855.

A lei começa: "Manoomin, o arroz selvagem, dentro de todos os territórios reconhecidos, tem direitos inerentes para existir, florescer, regenerar e evoluir, e também direitos inerentes à restauração, recuperação e conservação".

Os direitos do Manoomin incluem:

- * O direito à água limpa e a um habitat que propicie água fresca.
- * O direito a um ambiente natural, livre de contaminação industrial.
- * O direito a um clima saudável e estável, livre dos impactos causados no clima pelos humanos.
- * O direito de estar livre de patenteamento.
- * O direito de estar livre de contaminação de organismos geneticamente modificados.

Os direitos do Manoomin são baseados nos direitos da Natureza, que foram reconhecidos pelos tribunais e adotados internacionalmente na última década. Equador e Bolívia acrescentaram cláusulas sobre os direitos da Natureza em suas Constituições. Em 2016, a Nação Ho Chunk, em Wisconsin, foi a primeira tribo norte-americana a adotar direitos da Natureza, e em 2017 a Nação Ponca, em Oklahoma, foi a segunda. A Índia conferiu plenos direitos legais aos rios Ganges e Yamuna, incluindo que as geleiras do Himalaia têm o direito de existir.

Os direitos conferidos pelo grupo Tierra Blanca ao Manoomin são inovadores. "É um passo importante para o movimento em direção aos direitos da Natureza. Seria a primeira lei que reconhece os direitos legais de uma espécie de planta ", disse Mari Margil, diretora associada do Fundo de Defensoria Legal da Comunidade Ambiental (FDL-CA). O grupo Tierra Blanca e a autoridade emanada do Tratado de 1855 trabalharam em estreita colaboração com a FDLCA e seu Centro Internacional de Direitos da Natureza para desenvolver as primeiras versões da lei.

Os direitos do arroz selvagem reafirmam a relação e a responsabilidade dos Anishinaabe para com a planta, o entorno sagrado desse arroz selvagem e os direitos tradicionais. O arroz selvagem também é o único grão anotado no tratado com direito de ser colhido.

"Os tratados são a lei suprema da terra e nós Chippewa temos direitos usufrutuários constitucionalmente protegidos pelos Estados Unidos para caçar, pescar e capturar animais, além de coletar arroz selvagem", disse Frank Bibeau, diretor executivo da autoridade que emana do Tratado de 1855. "Entendemos que os direitos usufrutuários dos membros individuais da tribo de coletar alimentos e obter uma modesta subsistência são essenciais para nossas vidas e para possibilitar que as gerações futuras mantenham nossa cultura e tradições ", acrescentou. "Entendemos que a água é vida para todas as criaturas, e a proteção de água abundante, fresca e limpa é essencial para que nossos ecossistemas e habitats de vida silvestre possam proporcionar uma subsistência a todos nós e ao Manoomin".

Os direitos de autoridade sobre o Manoomin também delineiam o seu cumprimento. A lei declara que é ilegal para qualquer governo ou empresa violar os direitos do Manoomin, e declara inválida qualquer permissão, autorização ou atividade que permita que tais direitos sejam violados. Os infratores serão puníveis de acordo com as leis tribais e serão atribuídas responsabilidades financeiras por qualquer dano ao Manoomin e seu habitat.

Nos últimos 165 anos, desde a assinatura do Tratado de 1855, danos significativos foram perpetrados ao arroz selvagem anishinaabe; às águas, às árvores de bordo [*maple*], às pradarias, devido à falta de manejo adequado por parte do estado de Minnesota. Mais de 70% do território original do arroz selvagem está agora deteriorado e as atuais propostas de mudança dos padrões dos sulfatos, para acomodar projetos de mineração, oleodutos e gasodutos, ameaçam ainda mais o arroz selvagem. Basicamente, essas ações ameaçam a própria existência do arroz selvagem.

Nas leis de casos dos EUA, as empresas são consideradas indivíduos e têm proteção legal. Enquanto isso, muitas dos "âmbitos comuns" do mundo natural, incluindo a água, os lugares e os ambientes sagrados, não receberam proteção. Esta lei em favor dos direitos do Manoomin começa a responder frente às desigualdades e é um desafio à insuficiência dos sistemas legais dos Estados Unidos e do Canadá.

"Lembrem-se, antigamente nem índios nem negros eram considerados humanos sob a lei", nos recorda Bibeau. "Os sistemas legais podem mudar e eles mudarão." Enquanto isso, os Ojibwe avançam. 🌿

24 de janeiro de 2019
Tradução: Biodiversidad



A fraude dos gigantes agroalimentares

José Godoy, Evangelina Robles, David Sánchez, Colectivo por la Autonomia

Existe o mito oficial de que o agronegócio e todo o seu pacote tecnológico são a solução para alimentar a população mundial e "nos salvar da fome". A Via Campesina e organizações internacionais como GRAIN e o Grupo ETC têm se dedicado a demonstrar e divulgar que "os camponeses somos quem alimentamos o mundo" e que "os camponeses podem esfriar o planeta". Mas os supostos esforços das empresas para "remediar a fome" não se comparam com os verdadeiros esforços para desmontar - em benefício das grandes empresas do agronegócio - toda a estrutura de conhecimentos, estratégias, cuidados e esforços individuais, familiares e coletivos que compõem o que chamamos de maneira abrangente de agricultura camponesa.



Cata-ventos em escala industrial no sul da Espanha. Foto: Mireia Sentís

Nos últimos seis anos, o governo vem promovendo o estado de Jalisco, no México, como “o gigante agroalimentar”, priorizando poucos produtos de exportação, como amoras, framboesas, tequila, limão, açúcar e abacate, enquanto cada vez mais ingerimos alimentos de menor qualidade e mais caros, com custos de produção ambientais e de saúde humana muito altos, e efeitos prejudiciais de longo prazo.

Enquanto isto, as comunidades indígenas e rurais têm muito claro o resultado de seus esforços, “é sempre o camponês que produz os alimentos. Embora as pessoas da cidade não percebam isso. A fome será generalizada se a cultura camponesa desaparecer, por isso a importância da luta pela vida camponesa”.¹ A variedade, qualidade e proximidade dos alimentos depende dos camponeses. Não pode depender do fluxo de capital, do mercado e do petróleo.

No México, o Estado justifica o fracassado programa de “cruzada contra a fome”, enquanto o agronegócio devasta impunemente o território e o saber camponês, oferecendo nutrir a população com os restos da alimentação industrializada.

Enquanto isso, em assembleias, oficinas e denúncias, os camponeses identificam os efeitos do sistema agroindustrial promovido por “Jalisco, o gigante agroalimentar”: aumento de pragas e doenças, erosão do solo, escassez de água, mudanças climáticas e múltiplos efeitos sociais. Eles propõem a agroecologia como um caminho, como uma caixa de ferramentas práticas para retornar à agricultura tradicional, que na concepção cíclica da história está sempre no horizonte, especialmente desde que se iniciou esse ataque com a Revolução Verde. Por esse motivo, nas oficinas da Rede de Defesa do Milho, no sul de Jalisco, foi proposto: “conviver com o silvestre, cuidar da natureza de maneira comunitária, conhecer bem o território, recuperar a memória dos anciãos e a história ambiental de seu entorno, ser menos dependentes da tecnologia; recuperar e utilizar suas próprias técnicas, criar parcelas comunitárias com agricultura tradicional, com a participação dos velhos, jovens, crianças e o restante da comunidade, e envolver as pessoas da cidade”. E insistem que “a agroecologia é necessária hoje. É uma maneira de melhorar o que nos foi tirado, depreciado e proibido, incluindo a criminalização pelo uso de sementes camponesas e a troca livre; é crucial usar essas ferramentas, mas colocá-las em seu lugar, não como receita: porque precisamente a destruição de nossa confiança, de nossos saberes e da rentabilidade no campo trazem muitas dificuldades, pois o discurso tem desacreditado a agricultura”.² Os jovens denunciam que “esse gigante viola o direito das gerações futuras a um ambiente saudável, a viver com dignidade no campo, cobrindo nossas necessidades de subsistência, e recreação pessoal e comunitária”.³

Desde 2000, no contexto do Plano Puebla Panamá (agora chamado de Trem Maia?), foi dito que o México deve reduzir de 20 milhões para 2 milhões sua população de camponeses. Isso não quer dizer que eles irão estudar ou ter uma vida melhor. Querem que as pessoas deixem seu território para ir para as cidades ou outros países, para servir aos campos agrícolas como diaristas, ou como trabalhadores da indústria e de montadoras [*maquilas*], não mais camponeses que são donos das suas terras.

Camila Montecinos relata o fenômeno do “Chile potência Alimentar”. Isso começou em 1984 e é muito semelhante ao que acontece no México. Após trinta anos de potência agro-alimentar, o resultado é que a produção de alimentos praticamente não aumentou, mas agora 80% da produção agrícola do Chile vai para o exterior: “agora somos um país totalmente dependente do que chega de fora, até de hortaliças; muitas vêm da China. No Chile, havia um alho local que foi substituído pelo chinês. É um absurdo trazer alho da China. E os lucros dessas exportações são gastos em alimentos.”

Isso apenas empodera o setor empresarial e afeta as comunidades rurais. O preço dos alimentos aumenta. A qualidade nutricional e a variedade de alimentos locais se reduzem. A pegada de carbono é imensa, pois as empresas do agronegócio exportam, importam, poluem, descartam, refrigeram, congelam, especulam e desperdiçam.

No *boom* do agronegócio, o número de pessoas empregadas na produção não aumentou, apenas migrou do trabalho camponês para o trabalho proletarizado, ou explorado e desregulado, caindo até em uma situação de escravidão.⁴ Isso deixa sequelas de doenças crônicas ou terminais, dependência de drogas, intoxicação e morte.

No Chile, como em toda a América Latina, ocorre a monopolização de terras por arrendamento, invasão e poluição. Expulsando os camponeses e destruindo as fontes naturais da vida em todas as regiões.

No “Encontro de Pessoas Afetadas pelo Agronegócio na Costa Rica”, os participantes fizeram uma análise dos problemas que enfrentam em suas comunidades como resultado da expansão das monoculturas de banana, abacaxi, arroz e palma africana: falta de acesso a água potável, contaminação das fontes de água devido a agrotóxicos, uso excessivo de agroquímicos e pulverizações aéreas e mais conflitos territoriais que levam cada vez mais pessoas a serem peões sem propriedade. As empresas convencem as populações de que irão gerar fontes de emprego. Também afeta as formas de produção e a economia familiar: alguns camponeses apostam no uso de pacotes de agroquímicos, deixam de produzir o que é seu, esquecem o conhecimento tradicional e decidem vender suas terras para as grandes corporações”. “O abacaxi ocupa o segundo lugar nos cultivos onde mais agrotóxicos são usados”.

Os ganhos não ficam no país, nem com os trabalhadores; 43% dos lucros vão para os supermercados europeus.

Cerca de 80% dos agrotóxicos importados pela Costa Rica são altamente perigosos e podem causar efeitos graves ou sintomas de intoxicação dentro de algumas horas após o trabalho com eles, se entrarem no corpo, e podem até causar morte. A Costa Rica importa cerca de 12 milhões de kg de ingredientes ativos e formulações de agrotóxicos por ano, principalmente da China, Índia e Estados Unidos. A grande maioria é aplicada em cultivos em todo o território da Costa Rica.⁵

No México, o caso do abacate (outro cultivo do agronegócio) foi documentado em detalhes pela pré-audiência do Tribunal Permanente dos Povos em Michoacán, constatando violações aos direitos de caráter internacional, com repercussões locais resultantes de um sistema caracterizado por acordos de livre comércio que beneficiam apenas os proprietários do capital e os governos cúmplices em sua implementação, violando os direitos dos trabalhadores, mulheres, camponeses, povos indígenas e comunidades locais. Em particular, o NAFTA é responsável “pela intensificação do desenvolvimento industrial, pela devastação ambiental e pela violação dos direitos humanos a eles associados em Michoacán”, bem como pela “expropriação de terras para cultivos intensivos de produtos para exportação” como abacates, morangos, framboesas e outros similares, o que por sua vez facilita a expropriação de terras indígenas e a mudança do uso do solo de agricultura tradicional para agricultura industrial, o uso de agrotóxicos altamente perigosos - proibido em outros países, mas considerados legais no México - e a intensa contaminação das fontes de água.

Naquela sessão, foi relatado que mulheres e homens diaristas não apenas estão expostos a agrotóxicos de todos os tipos durante o horário de trabalho, mas também no resto do tempo, pois suas casas ficam próximas às áreas de cultivo. “Aos agrotóxicos são atribuídos uma maior frequência de abortos, de crianças com mutações de espinha bífida e sem cérebros, com leucemia, doenças renais e uma relação direta com câncer, além de diabetes. A aplicação média de 900.450 toneladas de agrotóxicos por ano, além de 30.000 toneladas de fertilizantes químicos na zona do abacate polui os lençóis freáticos”.⁶

“Dados os danos e mecanismos utilizados pelo Estado em geral, os relatores consideramos que há um claro desvio de poder das mãos do povo para as empresas transnacionais e algumas empresas nacionais, as quais impõem uma estrutura econômico-produtiva favorável a seus interesses e que ao mesmo tempo provoca todos os danos socioambientais denunciados. As resistências coletivas, comunitárias e cidadãs divulgam isso porque atuam do lado da conservação, proteção e bom uso dos recursos da natureza, e porque se tornam visíveis novos direitos ainda não contemplados pela legislação vigente, tais como: direitos à autodeterminação ou autogestão política, social e cultural, à autodefesa, gerando suas próprias estruturas de segurança local ou comunitária, bem como à soberania em todos os seus aspectos: alimentar, energético, financeiro, tecnológico, de comunicação e cultural”.⁷



Novos castelos da espoliação e da devastação. Foto: Mireia Sentís

O cultivo de abacate se expande em direção a Jalisco, conforme observado no Parecer da Audiência sobre o custo que as crises do modelo michoacano acarretam. Expandem-se as estufas infernais altamente tecnificadas de todos os tipos de pequenas frutas: amoras, mirtilos, framboesas e morangos, e o emblemático agave azul para tequila que utiliza pelo menos 18 agrotóxicos em seu processo de produção. “É grave que a incidência de pragas e doenças no agave azul seja acentuada com ciclos de superprodução” e danifique profundamente os solos. Apesar disso, a “Paisagem do Agave” é declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO desde 2006.⁸

O imaginário do agronegócio é a “monopolização industrial dos valores pessoais” conforme fala Ivan Illich. Pensar que as fábricas agrotóxicas são capazes de produzir alimentos saudáveis em equidade social e equilíbrio ambiental. A “ordenada” paisagem do agronegócio, que substitui o silvestre, está mais acima na escala de valores do que a saúde ou a alimentação saudável, e invade todo o espaço rural. Trata-se de uma confusão vital de ordem que privilegia estufas e criatórios com a mais avançada tecnologia “inteligente e de precisão”, desperdiçando energia e poluindo, acima de todas as variantes que definem a qualidade de vida dos seres humanos. O neoliberalismo visa nos invadir com sua solução tecnocrática para a necessidade de alimentos e todas as necessidades humanas.

“A agricultura tradicional e a soberania alimentar que existiam antes da assinatura do NAFTA foram suplantadas por uma reconstrução deformada da agricultura de exportação. O México perdeu a soberania na maioria de suas áreas básicas: grãos, leguminosas, verduras, frutas, carne, alimentos processados e assim por diante. Hoje, o país importa dez milhões de toneladas de milho, enquanto subordina a nova produção agrícola aos gostos do mercado norte-americano: verduras, “berries”, abacates, frutas tropicais, cânhamo, papoula, etc.”⁹. Como assinala a sentença final do Tribunal Permanente dos Povos, capítulo México, todos os programas de apoio à produção rural foram desmantelados, bem como as principais leis que protegem a propriedade coletiva da terra (*ejido*), incentivando sua privatização. Mesmo assim, a maior parte da propriedade da terra rural na região central do país permanece nas mãos de proprietários coletivos que resistem a registrar suas terras de forma privada.

Na realidade, o que se vê é uma intenção de acabar com a capacidade dos povos e comunidades de garantir de forma autônoma sua subsistência e modos de vida, para impor sua integração ao mercado industrial globalizado.

Como observado no parecer da Audiência sobre Violência contra o Milho, Soberania Alimentar e Autonomia dos povos (19 a 21 de novembro de 2013): “A perda da soberania alimentar provocada por essa política tem como um de seus principais componentes uma modificação induzida da dieta mexicana, com efeitos catastróficos. O México sofre com uma das taxas mais altas do mundo em obesidade, diabetes e hipertensão. Ocupa o primeiro lugar mundial no consumo de refrigerantes por pessoa e um dos primeiros lugares no consumo da chamada ‘junk food’. Ao mesmo tempo, começou a reduzir o consumo de derivados de milho pela primeira vez na história. A isso foi somada a estratégia de penetração do milho transgênico”.

Os camponeses de Jalisco disseram em uma reunião estatal: Com o governo López Obrador há uma mudança de discurso, eles falam sobre a reativação do campo com subsídios e a reativação das fábricas oficiais de fertilizantes. Não há de nenhum lado a reconfiguração da vida rural. Uma nova extensão rural está sendo promovida, na qual ressurgirá uma maior dependência por sementes, técnicos e insumos. A monocultura é política de Estado. O pequeno e o integral não contam para eles, mesmo que seja o que realmente chega às mesas das pessoas e que seja de melhor qualidade. A população não está no seu horizonte.¹⁰ 🌱

Notas:

1 Oficina: “Práctica crítica de la agroecología; desde una visión comunitaria y el saber campesino frente a la agroindustria” GRAIN: Camila Montecinos Urbina e Ramón Vera-Herrera. Ejido San Isidro, Jalisco, México. Março de 2017

2 *Ibidem*

3 *Ibidem*

4 <https://www.proceso.com.mx/344623/empresa-mantenencia-como-esclavos-a-270-jornaleros-en-jalisco>

[https://www.proceso.com.mx/344623/empresa-mantenencia-](https://www.proceso.com.mx/344623/empresa-mantenencia)

Fabiola Pomareda García, *Memoria del Encuentro de Personas Afectadas por los Agronegocios en Costa Rica*. 21 e 22 de junho, 2017. San José, Costa Rica.

6 Silvia Rodríguez Cervantes (Costa Rica), Richard Girard (Canadá), Víctor M. Toledo (México). Tribunal Permanente dos Povos, Capítulo do México, *Preaudiencia sobre la Devastación Ambiental y Derechos de los Pueblos*. San Francisco Cherán, Michoacán, 9 de novembro de 2012.

7 *Ibidem*

8 Peter R.W. Gerritsen, Jesús Juan Rosales Adame, Arturo Moreno Hernández y Luis Manuel Martínez Rivera, *Agave azul y el desarrollo sustentable en la cuenca baja del río Ayuquila, Costa Sur de Jalisco (1994-2004)*.

9 Tribunal Permanente dos Povos. “*Libre Comercio, Violencia, Impunidad y Derechos de los Pueblos en México (2011-2014)*”, julgamento, audiência final, Cidade do México, de 12 a 15 de novembro de 2014.

10 Reunião regional em defesa do milho, das sementes e da vida camponesa. Caracol Psicosocial, Palos Altos, Jalisco, 2 e 3 de março de 2019.

Do patenteamento da vida aos genes de extinção

Grupo ETC

O primeiro número da revista *Biodiversidad, cultivos y culturas* nasceu em setembro de 1994 como um convite para “compartilhar informações, conhecimentos, experiências, preocupações e ações para recuperar a autogestão não apenas da biodiversidade agrícola, mas também das culturas que a sustentam”. Uma preocupação central em um contexto no qual as indústrias agrícolas promoviam as sementes industriais como milagrosas, cheias de promessas, embora ainda não as chamassem de transgênicas.

À medida que se desenvolviam ferramentas para conhecer os processos biológicos e submetê-los à engenharia genética, as indústrias (agrícola, alimentícia, farmacêutica) batalhavam para obter exclusividade sobre a matéria e seus processos, apropriando-se de forma exclusiva da vida. Os direitos de propriedade intelectual sobre componentes e processos vitais, e o patenteamento de microrganismos, plantas e variedades camponesas estavam em alta. Os bioprospectores se expandiam pelas comunidades indígenas de várias partes do planeta para obter a "planta filosofal" que transformaria em ouro os ativos das empresas farmacêuticas.

Naqueles anos, o Grupo ETC, então RAFI, denunciou vários pedidos de patentes, por parte de empresas e instituições, até mesmo sobre uma mulher indígena Guaymí do Panamá, por ter resistência a um certo tipo de leucemia (1993); sobre o nome e a genética do arroz Basmati da Índia (1997), sobre ervanaria e microrganismos da medicina maia (1998), sobre os feijões Mayocoba do México (1999), entre muitos outros casos, aos quais se opuseram centenas de organizações do campo e da cidade e, finalmente, conseguiram revertê-los. A revista *Biodiversidad, cultivos y culturas* alertou e informou sobre os casos e a lógica por detrás deles, e foi fundamental no tecido da resistência.

Em 1998, nos confrontamos com Terminator, a tecnologia transgênica de sementes suicidas: elas são plantadas, produzem frutos, mas a segunda geração se torna estéril para forçar os agricultores a comprar sementes novamente a cada safra. Foi desenvolvida pela empresa Delta & Pine Land (de propriedade da Monsanto) e pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Todas as transnacionais que atualmente controlam as sementes transgênicas plantadas em nível mundial registraram patentes do tipo Terminator, mas não puderam avançar: devido ao protesto contundente e coordenado das organizações camponesas do mundo e da sociedade civil comprometida com a defesa da vida, conseguimos que a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) estabelecesse uma moratória contra sua liberação em 2000. E também conseguimos que esta moratória fosse respeitada e mantida vigente, apesar das tentativas agressivas das empresas e governos de revertê-la durante essas quase duas décadas.

Já começado o novo século, o debate sobre o pico do petróleo e a contaminação derivada de combustíveis fósseis tornou-se um pretexto para impulsionar a biologia sintética como uma nova panacéia. Uma biologia auxiliada por computadores, guiada por princípios mecânicos e matemáticos para projetar e construir partes biológicas ou organismos inteiros que não existem na natureza. A mesma indústria desenvolveu, a partir disso, novas biotecnologias chamadas de "edição genética", tratando o DNA como se fosse um rascunho em correção para ser enviado para impressão.

Entre 2008 e 2012, a biologia sintética focalizou na modificação de micróbios para decompor a celulose e produzir a segunda geração de biocombustíveis. No entanto, o volume de combustíveis derivados de biomassa não consegue atender a demanda infinita de energia de automóveis, aviões, navios, fábricas e luminárias que se multiplicam no planeta, no capitalismo. Com a quantidade de cereais necessária para destilar biocombustíveis que encham o tanque de uma caminhonete, uma pessoa pode ser alimentada durante um ano inteiro. À medida que as críticas aos biocombustíveis se avolumavam, os promotores da biologia sintética passaram a produzir derivados botânicos, compostos de baixo volume e alto valor de mercado, para flavorizantes, fragrâncias, essências e medicamentos. Os micróbios transgênicos não decomporiam mais a celulose, mas seriam programados para excretar o composto comercialmente valioso.

O tema está em debate na CDB e, além disso, organizações em todo o mundo questionam casos específicos, como a produção de vanilina e estévia sintéticas, substitutos da manteiga de coco, cacau, babaçú; substitutos de óleos essenciais, como o vetiver, entre mais de 340 ingredientes ativos que centenas de comunidades camponesas produzem de forma artesanal.



Brejo Grande/SE-Baixo São Francisco, Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo

Há 25 anos, no número um de *Biodiversidade, cultivos e culturas*, Henk Hobbelink, fundador do GRAIN, previu: “as biotecnologias modernas, apresentadas como novas panacéias para a agricultura e a saúde mundiais, podem se tornar um problema sério [...] a maior parte da pesquisa é realizada e controlada por grandes empresas multinacionais, no Norte global, usando as novas ferramentas para aumentar ainda mais suas vantagens comparativas.” E acrescentou, “embora a biotecnologia precise de biodiversidade, isso não significa que esta seja necessariamente mantida”.

Hoje sabemos que a geração mais recente de transgênicos foi especialmente projetada para extinguir espécies.

A tecnologia mais recente com a qual a indústria militar e a agrícola buscam dominar a diversidade da vida é uma técnica de engenharia genética chamada de “condutores genéticos” (*gene drives*). É uma forma de enganar as leis da herança, de modo tal que toda a progênie de uma espécie - sejam insetos, plantas ou animais - herde necessariamente uma característica transgênica. Eles são projetados para se disseminarem agressivamente no meio ambiente e, se o gene introduzido produzir apenas machos, em poucas gerações poderia eliminar toda uma população da espécie manipulada e, com o passar do tempo, extinguir toda a espécie, com impactos imprevisíveis no ecossistema. É uma “tecnologia de extinção genética” porque abre a possibilidade de supressão ou eliminação de uma espécie inteira, intencional ou acidentalmente.

Um dos lugares onde está planejado experimentar com condutores genéticos é a aldeia de Bana, em Burkina Faso. Lá, as mulheres denunciam: “não somos funcionárias públicas, não somos cientistas, mas sabemos que liberar mosquitos para extinguir uma espécie inteira é muito ruim; entendemos que, se algo tão mortal é introduzido em nossa natureza, também haverá danos para nós. Quais doenças serão transmitidas pelos mosquitos restantes? Se restarem apenas mosquitos machos, o que acontecerá?”

Esta técnica para extinguir espécies talvez seja a forma mais radical de dominar a vida que as indústrias e corporações já conseguiram. Com os condutores genéticos querem estabelecer que elas podem controlar quem deve morrer e quem merece continuar vivo. A indústria de biotecnologia tenta desvincular os transgênicos da “edição genética”. Assim, escapa das regras existentes para avaliação de riscos, biossegurança e rotulagem de OGMs. Em 2018, denunciemos que a Argentina e o Brasil modificaram suas regulamentações para autorizar com mais rapidez, ou sem regulamentação, os produtos dessas novas biotecnologias.

Em setembro de 2018, os ministros da agricultura da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai emitiram uma declaração dentro da OMC alertando que trabalharão para “evitar as barreiras não científicas ao comércio de produtos agrícolas melhorados com edição genética”; que ela é importante para produzir alimentos e, portanto, devem ser evitadas as “distinções arbitrárias e injustificadas” entre produtos agrícolas obtidos com edição genética

e aqueles obtidos com outras formas de melhoramento. A Colômbia, Honduras, Estados Unidos, Canadá e África do Sul apoiaram a declaração. Eles querem que a OMC atue contra os países que aplicam suas próprias leis de biossegurança sobre esses produtos.



Santa Cruz, Pueblo Nuevo, Estado do México. Foto: Jerónimo Palomares

Na virada desses 25 anos e 100 edições da revista, as palavras de Pat Mooney, fundador da RAFI, hoje Grupo ETC, fazem muito sentido: “foi essencial manter a coesão e o ânimo ao longo do tempo. Os recursos que dispomos, nós os usamos melhor que a indústria. Nos conhecemos desde sempre, temos o tempo do nosso lado. Não desistimos, lutamos sempre até as últimas consequências. A indústria não tem essa energia. Eles cometem erros, contam o dinheiro, andam em círculos, desconfiam um do outro. Temos uma capacidade de expressão que eles nunca conseguirão igualar. Fazemos planos de longo prazo, sabendo que nossa luta é pela vida, não pelo poder e pelo lucro, e podemos pensar em décadas. Eles mudam de chefes e se movem com o mercado, eles se destroem entre si. Nós fazemos parte de um movimento global: contra o sistema. Nós estamos com a razão! Estamos fazendo a coisa certa. Não é possível vencer quem faz o correto”. É isso que tentamos todos em *Biodiversidad, Sustento y Culturas*. 🌱

Cresce o cerco corporativo, mas também as respostas sociais em defesa dos bens comuns

Alianza Biodiversidad

Apresentamos um resumo de alguns dos instrumentos de controle que empresas e governos desenvolveram por décadas e que, durante esses 25 anos, intensificaram o ataque às sementes livres guardadas pela responsabilidade comunitária a serviço da humanidade. Nossa posição será sempre a de que não aceitamos nenhum direito de propriedade intelectual nem regulamentações que impeçam a livre transformação das sementes baseada na troca e na conversação responsável e carinhosa entre as comunidades e com os cultivos.

As sementes são a base fundamental do sustento. As sementes nativas e crioulas são *bens comuns dos povos e comunidades*, pois são consideradas fundamentais para a vida, a cultura, os saberes, a saúde e os sistemas agrícolas tradicionais, e têm garantido a soberania, a autonomia alimentar. Desde épocas ancestrais, as sementes são compartilhadas pelas comunidades e circularam livremente, sem restrições e sem controle de sua produção, uso e difusão. As comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas possuem diversas estratégias e ações para cuidar de seus territórios e de seus sistemas produtivos comunitários e familiares.

Hoje, os sistemas de sustento comunitários e as sementes crioulas estão em crise e em alto risco, principalmente devido às políticas rurais adversas que inviabilizam os sistemas produtivos das comunidades locais pelo aprofundamento da privatização e do controle dos meios produtivos das comunidades.

Na América Latina, as políticas públicas ignoraram e subestimaram a cultura camponesa, e a maioria dos países não reconhece os camponeses como sujeitos de direitos especiais; somente os reconhecem como agricultores familiares, trabalhadores ou microempresários do campo.

Ao contrário, são impostos modelos de produção de inovação agropecuária, baseados em altos rendimentos, eficiência e competitividade, com resposta elevada à aplicação de técnicas e insumos controlados por empresas e grandes investidores, por meio de monoculturas e criação agroindustrial de animais, além da promoção de culturas transgênicas, que em muitas regiões já geraram sérios problemas ambientais e impactos socioeconômicos.

A imposição de leis e políticas que permitem a privatização da biodiversidade e dos saberes tradicionais associados avançaram muito nos países do Sul com o Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, mais recentemente, com as diretrizes de propriedade intelectual incluídas em acordos e tratados bilaterais e multilaterais de livre comércio e investimento, que vão além das disposições da OMC. No caso dos recursos fitogenéticos, esses acordos de comércio seguem as diretrizes impostas pela UPOV.

Hoje, as sementes são atacadas pelos interesses econômicos que consideram esses bens comuns dos povos como mais uma mercadoria, imersa na economia global.

Como mecanismos de espoliação e de controle, são implementadas leis de propriedade intelectual, patentes biológicas e, especificamente para sementes, normas de direitos de obtentor ou leis UPOV. Também fazem parte as leis de certificação, registros de variedades e leis de comercialização. Em conjunto, essas leis e regulamentos legalizam a espoliação porque permitem que as empresas se apropriem das sementes camponesas, proíbem e tornam crime o uso, a conservação, o manejo, a troca e a reprodução de sementes. Essas normas visam proteger o controle privado das empresas, a produção e o comércio de sementes uniformes registradas e certificadas, que interferem na qualidade das sementes.



Santa Cruz, Pueblo Nuevo, Estado de México. Foto: Jerónimo Palomares

Aqui estão três das mais invasivas normativas:

1. Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos (TIRFAA)

O Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos (RFG) para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA) encerrou sua negociação em 2001, foi assinado por 113 países e entrou em vigor em 2004. É juridicamente vinculante. O Tratado busca promover um uso mais amplo dos cultivos incluídos nele. Implementa um Sistema Multilateral (SML) que permite o livre acesso dos fitomelhoradores aos recursos genéticos. Inclui 64 cultivos (oleaginosas, hortaliças e forragens), que não deveriam ser apropriadas pelos direitos de propriedade intelectual (DPI) nas condições em que são entregues ao SML. No entanto, esses "recursos" constituem a matéria-prima para o desenvolvimento de inovações tecnológicas que, sim, gozam de uma estrutura de proteção mediante propriedade intelectual. Em troca, o Tratado reconhece os direitos dos agricultores de conservar, usar, trocar e vender suas sementes, tem acordado o pagamento a um fundo comum pelo acesso a esses recursos, e expressa que compartilharão os benefícios derivados do uso desse material genético com os países de origem.

O TIRFAA, então, legitima as leis de propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio e os direitos dos fitomelhoradores, mas permite que os estados não respeitem os direitos dos agricultores. Um dos aspectos mais críticos é o reconhecimento da aplicação dos direitos de propriedade intelectual (PI) em plantas e genes. Os fitomelhoradores podem ter livre acesso a esses recursos para obter inovações tecnológicas. O tratado não outorga PI às amostras contidas nos bancos de germoplasma, mas uma vez "modificadas" elas estão sujeitas a direitos de obtenção vegetal. Isso significa que as comunidades locais que entreguem aos bancos de germoplasma suas variedades locais e seus registros, apenas terão garantia de que suas sementes serão protegidas "*na forma recebida*". Qualquer modificação realizada nessas variedades que seja considerada inovação fica sujeita à proteção por propriedade intelectual.

Hoje, as novas patentes protegem "características": sequências de genes ligadas a características específicas (tolerância a herbicidas, resistência a insetos, fungos, substâncias para a indústria, etc.), portanto os direitos de propriedade outorgados por essas patentes se estendem às plantas, animais ou microorganismos e produtos deles derivados, onde exista a "característica" patenteada. Com os marcadores

moleculares ou bioquímicos, as novas características patenteadas das culturas são identificadas ao longo de toda a cadeia alimentar (Via Campesina, 2016).



Santa Cruz, Pueblo Nuevo, Estado do México. Foto: Jerónimo Palomares

Os direitos dos agricultores no contexto do TIRFAA incluem o direito de guardar, usar, trocar e vender sementes armazenadas nas unidades produtivas; a proteção dos conhecimentos tradicionais; o direito de participar equitativamente na repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos para a alimentação e agricultura, e o direito de participar na tomada de decisões, em nível nacional, sobre sua conservação e uso sustentável.

Embora o TIRFAA seja um instrumento juridicamente vinculante, a formulação do artigo 9.2 deixa os governos com grande poder discricionário para aplicar e definir o escopo e o conteúdo em relação aos direitos do agricultor.

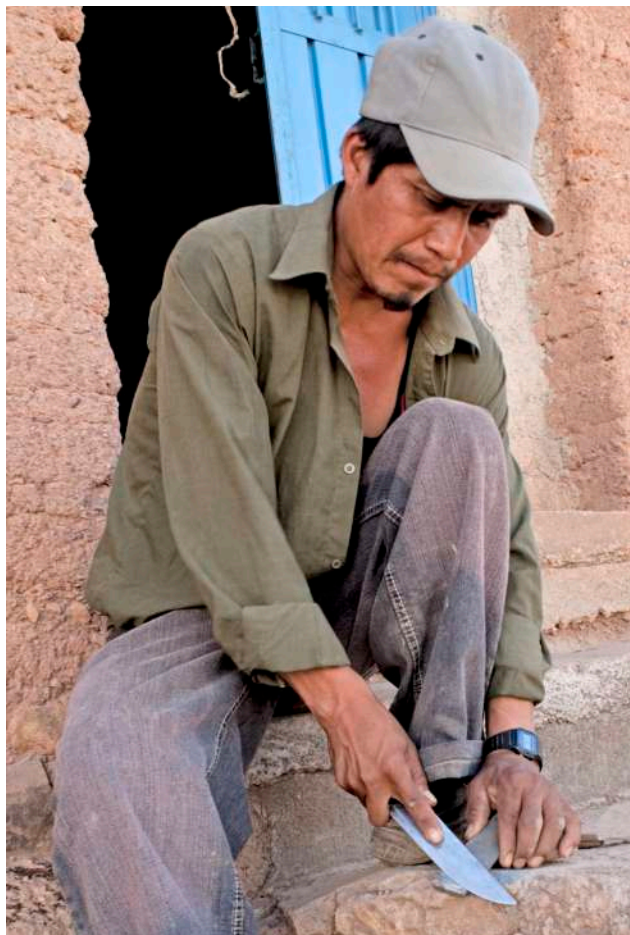
O TIRFAA não restringe os direitos e obrigações estabelecidos em outros tratados internacionais. As partes não estão autorizadas a ignorar obrigações internacionais, como a UPOV 91. Embora os direitos dos fitomelhoradores e as patentes da indústria de biotecnologia sejam definidos e aplicados em nível internacional por meio da UPOV, e todos os membros da OMC devam garantir a proteção das variedades vegetais de acordo com o artigo 27.3 b do TRIPS, o TIRFAA somente reconhece os direitos do agricultor em termos vagos (Correa, 2017).

A falta de vontade política dos governos em conceder aos agricultores tratamento igual ao concedido à indústria de sementes impede que os direitos dos agricultores se tornem efetivos. Cada vez mais, esses direitos são limitados por diferentes disposições legislativas, tratados internacionais de propriedade intelectual e regulamentos fitossanitários e de comercialização de sementes.

A CDB e o TIRFAA prometeram que a indústria seria obrigada a compartilhar os benefícios econômicos que fossem derivados. Porém, mais de duas décadas após a entrada em vigor da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), e quinze anos após o Tratado, a indústria não pagou nada. O Tratado incluiu os direitos dos agricultores incorporados através de um sistema de repartição de benefícios de um fundo (1,1% do direito de patente ou direito de obtentor que utilize recursos genéticos para obter uma inovação). Contraditoriamente, o fundo age apenas se houver patentes sobre as plantas, mas nas negociações na UPOV, no TRIPS, no CBD e nos TLCs, os países do Norte se recusaram a que seja incluída nos pedidos de patente ou de direitos de obtentor vegetal (DOV) uma indicação sobre a origem dos recursos

utilizados para o desenvolvimento da “inovação” registrada; portanto, não é possível o fundo funcionar (Via Campesina, 2016).

A Via Campesina frente ao TIRFAA afirma que:



Juanacatlán, Metlatónoc, Guerrero, México. Foto: Prometeo Lucero

* O Tratado deve proibir qualquer forma de propriedade intelectual que limite o acesso facilitado à pesquisa, conservação, capacitação para a alimentação e a agricultura, ou o cultivo agrícola, aos recursos fitogenéticos do SML. Os Estados Partes no Tratado devem incluir essa proibição em sua legislação nacional e também o reconhecimento e o respeito dos direitos dos agricultores.

* O sistema multilateral deve garantir que não possam ser reivindicados direitos de propriedade intelectual (DPI) sobre esses recursos fitogenéticos, suas partes, características nativas ou componentes genéticos, em países que não ratificaram o Tratado e rejeitam esses DPIs.

* O Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) deve ser aplicado a qualquer iniciativa que possa afetar a biodiversidade agrícola, os conhecimentos, a autonomia e os territórios das comunidades locais e dos povos indígenas.

* As políticas públicas devem ser a favor de sistemas vivos de sementes camponesas, reproduzíveis e que estejam em nossas comunidades e sob nosso controle. Essas políticas devem favorecer a agroecologia e a pesquisa participativa.

* Os bancos de sementes centralizados não respondem às necessidades camponesas. São museus de sementes para o benefício das corporações. Além disso, nesses bancos, nossas sementes são ameaçadas pela contaminação genética proveniente de OGMs e por direitos de propriedade intelectual.

* A contaminação genética de sementes nativas e crioulas por transgênicos e pelas novas tecnologias é uma ameaça que deve ser reconhecida pelo Tratado e sancionada pelos Estados. No caso de ocorrer, deve ser garantida a reparação às comunidades.

* As sementes nativas e crioulas não devem ser incluídas nos registros de governos ou outros, mas apenas nos inventários das comunidades de acordo com suas necessidades e controladas por elas.

* As normas fitossanitárias não devem afetar o exercício dos direitos dos agricultores e agricultoras. Os sistemas locais participativos de garantia da qualidade (SPG) e outras formas das comunidades devem ser reconhecidos.

2. União para a proteção de Obtentores Vegetais (UPOV)

É um organismo internacional que permite a privatização de sementes em todo o mundo, impondo direitos de propriedade intelectual sobre variedades vegetais. Os Estados-Membros devem aderir à UPOV e convertê-la em lei nacional. Os países assinaram o acordo de 1978 ou o de 1991. A versão da UPOV 91 foi adotada pelos países ricos, enquanto a maioria dos países não industrializados já tinham aderido à UPOV 78, e há duas décadas vem sofrendo uma enorme pressão para assinar a UPOV 91 através dos acordos de livre comércio assinados pelos países do Sul com os Estados Unidos e com a União Europeia. Todos os países da América Latina assinaram UPOV 78, mas apenas os países que assinaram o TLC com os Estados Unidos (Costa Rica, Panamá, República Dominicana, Peru e Colômbia) assinaram a UPOV 91. Na Colômbia, a Corte Constitucional revogou a lei que aprovou este contrato. Se o Acordo de Cooperação Transpacífico (TPP) for assinado, é provável que a situação piore, pois os documentos vazados mostram que os Estados Unidos pressionam não apenas pela legislação da UPOV 91, mas também pelo patenteamento de plantas e animais. (GRAIN, 2015).

A UPOV 91 é polêmica porque elimina o direito dos agricultores de guardar sementes que foram privatizadas e limita o que outros melhoristas genéticos poderiam fazer com essa semente. A UPOV 91 outorga propriedade sobre descobrimentos. E como "obtentor", a "pessoa que criou ou descobriu e desenvolveu uma variedade". Quando alguém "descobre" uma variedade, está realmente "descobrimdo" o fruto do trabalho de outras pessoas; o que possibilita a apropriação de todas as variedades camponesas e indígenas.

Sob a UPOV 91, as variedades devem atender aos requisitos de *novidade, distinção, uniformidade e estabilidade*. Os direitos de obtentor vegetal permitem que pessoas físicas ou jurídicas se apoderem de sementes e variedades camponesas e indígenas. A UPOV permitirá a privatização das plantas silvestres e medicinais, incluindo as plantas sagradas (GRAIN, 2015).

Que implicações esses requisitos têm?



Debulhando quinoa. Foto: Edwin Chancusig

1. Novidade: O artigo 6 da UPOV 91 declara: "A variedade será considerada nova se, na data da apresentação do pedido de direito de obtentor, o material de reprodução ou multiplicação vegetativa ou um produto de colheita da variedade não tenha sido vendido ou entregue a terceiros de nenhuma outra forma, pelo obtentor ou com o seu consentimento, para fins de exploração da variedade".

2. Distinção: "A variedade será considerada diferente se for claramente diferenciada de qualquer outra variedade cuja existência, na data de apresentação do pedido, seja notoriamente conhecida". As variedades camponesas e indígenas não fazem parte dos registros oficiais e coleções públicas; é por isso que as variedades locais não serão consideradas "notoriamente conhecidas" e poderão ser apropriadas pelos obtentores ou seus empregadores.

3. Homogeneidade: Uma variedade é considerada "suficientemente uniforme em suas características relevantes", o que permitiria que qualquer amostra obtida diretamente de variedades camponesas e indígenas, ou através de um trabalho de seleção, pudesse ser suficientemente homogênea em seu fenótipo para atender esse requisito.

4. Proibição ou restrição ao uso e troca de sementes privatizadas. Se um agricultor viola as normas da UPOV e os padrões de certificação de sementes, sofre sanções, processos, multas, confisco e destruição de sementes, e prisão, variando sua severidade em cada país.

Por meio da UPOV 91, agricultores e camponeses sofrem restrições ao uso de sementes que foram privatizadas, o que significa que eles podem obter legalmente essas sementes apenas se a comprarem de uma entidade comercial autorizada a vendê-las. Seu direito de guardar sementes para a safra seguinte é restrito ou proibido. Em alguns países, os agricultores podem reproduzir e guardar uma semente privatizada para a safra seguinte somente se a usarem em seus próprios campos, de apenas uns poucos cultivos, e em uma quantidade limitada de sementes. Em outros países, os agricultores só podem usar novamente sementes protegidas se pagarem *royalties* à empresa proprietária. Em um número crescente de países não são concedidas exceções, portanto, é absolutamente proibido reproduzir, trocar ou vender uma semente privatizada sem autorização. Os agricultores são inspecionados por agentes públicos ou privados (GRAIN, 2015).

3. Normas de certificação de "qualidade" e suposta saúde das sementes

As leis de propriedade intelectual são complementadas por leis de certificação, que controlam a produção e a comercialização, e afirmam assegurar a qualidade e sanidade fitossanitária. Essas normas exigem que a semente seja nova, distinta, homogênea e estável. Quanto à sua homogeneidade, excluem as sementes camponesas, já que a força e a riqueza dessas sementes está em serem diversas. Os requisitos de

certificação não garantem que as sementes sejam de melhor qualidade. É proibido aos agricultores comercializar, trocar e transportar suas próprias sementes, ou de empresas, que não sejam suficientemente homogêneas, que não estejam certificadas, registradas e rotuladas.



Istmo de Tehantepec, Oaxaca, México. Foto: Heriberto Rodriguez

Os modos de vida e de sustento das comunidades indígenas, afrodescendentes e camponeses, e seus sistemas de produção baseados em sementes crioulas e nativas diferem muito dos modelos produtivos da agricultura industrial, baseados em sementes híbridas e transgênicas. A Via Campesina mostra duas maneiras divergentes de conceber as sementes na produção, melhoria, adaptação, uso, saúde, sustentabilidade, controle e difusão de sementes nativas e crioulas versus sementes híbridas e transgênicas (ver quadro na página seguinte).

Qualidade das sementes: quem a define e com que critérios? Os critérios e enfoques para definir a qualidade das sementes pelos agricultores locais e pelo sistema formal implementado pelas entidades de controle e pela indústria de sementes são diferentes.

Os setores que controlam sementes certificadas e transgênicas definem a *qualidade* com base nos critérios de aparência e nos requisitos do mercado de sementes. Sementes homogêneas são produzidas em monoculturas que respondem bem a insumos externos para alta produção; são mais suscetíveis a condições climáticas extremas, pragas e doenças, estão saturadas de venenos e perderam valor nutricional.

As normas sanitárias que controlam a produção e comercialização de sementes são orientadas para que os governos permitam e promovam apenas a produção, o uso e a comercialização de sementes protegidas e controladas pela indústria. Elas tornam ilegal e criminalizam sementes nativas e crioulas não certificadas que sejam de interesse do mercado global.

Ao contrário desses critérios definidos pela indústria, camponesas e camponeses comunitários consideram que uma semente é boa quando faz parte da cultura ancestral, é uma herança camponesa e tem origem em variedades nativas e crioulas capazes de se reproduzir e se adaptar às mudanças ambientais e de manejo, pois são sementes com enfoque agroecológico, mais tolerantes a pragas e doenças, não requerem o uso de agroquímicos, apresentam bom rendimento, vigor e germinação, e boa capacidade de armazenamento após a colheita, entre outras características.

Devemos enfatizar que os aspectos mais prejudiciais das leis de sementes estão incorporados nas normas de propriedade intelectual (patentes e proteção dos direitos dos obtentores sob a UPOV), nas

diretrizes de propriedade intelectual de acordos e tratados de livre comércio bilaterais ou multilaterais e no TIRFFA. Além dessas regulamentações, são implementados em todos os países padrões de certificação fitossanitária relacionados às sementes.

O conjunto de normas (de propriedade intelectual e de produção, uso e comercialização) são instrumentos de espoliação que ameaçam o sistema de sementes, os direitos soberanos dos países biodiversos em recursos fitogenéticos e a proteção da biodiversidade; eles violam os direitos dos povos e comunidades camponesas sobre seus bens comuns e meios de sustento.

Nos últimos anos, aumentou a pressão sobre os países da América Latina para adotar a UPOV 91 e endurecer as normas de certificação fitossanitária e de comercialização de sementes. Vários países são forçados a assinar tratados e acordos que legalizam a biopirataria, como o Protocolo de Nagoya sobre o acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios e o TIRFAA que, sob o pretexto de ter incluído o "direito dos agricultores", legitima a aplicação das normas de propriedade intelectual de recursos fitogenéticos sobre os quais tenha sido introduzida alguma modificação nas características iniciais.



Desenho: Rini Templeton

Sementes nativas e crioulas	Sementes híbridas e transgênicas
Não têm proprietários particulares ou coletivos: são legados culturais e biológicos dos povos (sem patentes). Os camponeses têm direitos coletivos de livre acesso, uso, manejo e custódia de suas sementes.	Estão privatizadas por fitomelehoradores e por empresas de sementes, mediante patentes e direitos de obtentor. Seu uso, manejo e controle é privado, monopolista e de acesso restrito.
Os centros de origem e diversidade de sementes são fundamentais para conservar as espécies e o legado dos povos.	Os transgênicos contaminam as sementes nos centros de origem e diversidade, e as colocam em risco de extinção.
O melhoramento genético é descentralizado, resultado de conversações coletivas e acumuladas através do trabalho de várias gerações camponesas. Procura a diversificação e força das variedades.	Melhoramento genético: está centralizado em centros de pesquisa e fora das condições ambientais, culturais e econômicas regionais. Diminui a base genética da espécie (pouca diversidade).
Adaptadas às condições ambientais, culturais e produtivas de cada cultura e região, e a condições climáticas extremas. Muitas variedades crioulas superam em produtividade aos híbridos e às variedades certificadas.	Respondem apenas a boas condições do solo, ambientes controlados e insumos externos. Mais suscetíveis a condições climáticas extremas, pragas e doenças. Alta resposta a insumos externos, com alta produção.
Funcionam bem em sistemas produtivos diversificados (agricultura tradicional). São mais adaptadas às mudanças das condições climáticas, secas, doenças e pragas. Maior garantia de colheita.	Funcionam bem apenas em monoculturas agroindustriais. São mais suscetíveis a secas, doenças e pragas. Em muitos casos, geram grandes perdas para os agricultores. Não funcionam em condições ambientais limitadas e críticas.
Funcionam com alta produtividade em sistemas agroecológicos sem agrotóxicos ou insumos caros. Fornecem alimentos mais nutritivos e são mais saudáveis.	Dependem de insumos externos. Exigem grandes quantidades de agrotóxicos, fertilizantes e água (danificam o meio ambiente). Perderam seu valor nutricional e estão saturadas de venenos que poluem o ambiente e afetam nossa saúde. Não buscam resolver a fome.
Circulação livre e informal entre camponesas e camponeses. Geralmente estão fora do comércio. As trocas de sementes entre camponeses mantêm e aumentam a biodiversidade do sistema alimentar mundial.	Seu uso é restrito e guardá-las sem autorização é motivo de punição. As sementes legalmente protegidas circulam e são comercializadas. São mais caras e aumentam os custos de produção.
70-80% dos produtores usam sementes não certificadas de batata, milho, feijão, entre outros cultivos.	30% das sementes utilizadas pelos agricultores são certificadas.

Adaptação da Declaração de Bali sobre sementes, Via Campesina, 2011

Estratégias sociais para defender e proteger bens comuns

* As organizações sociais em todo o mundo se opõem a qualquer forma de propriedade privada da vida e à certificação de sementes. Opõem-se à simples ideia de que direitos exclusivos sejam concedidos para sua produção, uso e comercialização. Os povos consideram a agrobiodiversidade como bens comuns que devem ser gerenciados coletiva e democraticamente, e de maneira sustentável.

* É possível advir uma proteção real da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais como bens comuns se os Estados aplicarem o *Princípio de Precaução* em suas Constituições, nas políticas públicas e nas leis nacionais, e se excluírem todas as formas de proteção à propriedade intelectual sobre esses bens comuns. Em vez de arrogar-se a propriedade desses recursos, os Estados devem assegurar a proteção e garantir que esses bens comuns permaneçam nas mãos dos povos e de suas comunidades.

* Em todo o mundo, comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas buscam recuperar, manter e expandir o uso de sementes nativas e locais, e o ressurgimento de diversas culturas alimentares co-



Imediações do Rio São Francisco, Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo

mo formas mais eficazes de proteger a biodiversidade. Os governos devem implementar e apoiar políticas públicas de desenvolvimento rural com um enfoque territorial e holístico, direcionado de forma diferencial às populações étnicas e camponesas, com sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos que permitam o fortalecimento da agricultura ecológica comunitária, familiar e solidária, através de técnicas próprias de melhoramentos participativos *in situ* sob o controle dos agricultores locais e apoio a redes de guardiães e casas comunitárias de sementes gestionadas de forma autônoma.

* É essencial que as comunidades rurais fortaleçam os laços com seus aliados, construindo iniciativas de gestão da agrobiodiversidade. Que os bens comuns dos povos sejam defendidos. O papel direto e fundamental das mulheres rurais na manutenção e melhoria da agrobiodiversidade deve ser reconhecido e fortalecido bem com os meios de sustento das comunidades rurais.

* Também, as organizações sociais e locais rejeitam as sementes transgênicas e outras tecnologias de manipulação, como a biologia sintética e a edição de genes, porque são tecnologias baseadas na desintegração de sistemas agrícolas holísticos, na alteração e contaminação genética da biodiversidade e no controle monopolista dos sistemas alimentares porque privam os povos e agricultores de suas sementes como bens comuns a serviço de camponesas e camponeses.

* As organizações sociais estão reagindo e se posicionando contra o impacto dessas leis regressivas sobre os bens comuns - especialmente sobre suas sementes e a autonomia alimentar das pessoas. As iniciativas sociais de resistência e mobilização contra essas leis de sementes se multiplicam. São exemplares as mobilizações em países como Argentina, Chile, Colômbia, México, Honduras e Costa Rica, entre outros, que em alguns casos conseguiram interromper a aprovação dessas normas ou revogá-las e, em outros casos, retardá-las ou torná-las inaplicáveis.

* É imperativo que os povos e as organizações sociais revisemos nossas estratégias para buscar a proteção e a defesa dos bens comuns, uma vez que, no âmbito dos tratados, convênios e leis nacionais atualmente em vigor, só são promovidos direitos de propriedade intelectual sobre a biodiversidade e, portanto, não é possível avançar no reconhecimento dos direitos sobre esses bens comuns fora das formas de controle concedidas pela propriedade privada.

* No caso da propriedade intelectual sobre formas de vida, não há pontos intermediários. Assim, "*a única alternativa à propriedade intelectual é que não exista a propriedade intelectual*". Acima de tudo, devemos reconhecer, como Camila Montecinos havia previsto há duas décadas, que tínhamos perdido a luta contra esses cenários internacionais. E que, portanto, deveríamos construir e fortalecer nossas próprias agendas para buscar a proteção e defesa dos bens comuns, que vão além de buscarmos apenas influenciar ou alterar alguns dos aspectos contidos nessas estruturas de políticas e leis, pois buscando obter mudanças parciais em um modelo absolutamente regressivo, o que provavelmente conseguiríamos seria legitimar esses mecanismos de desapropriação; isto é, "por estarmos olhando para a árvore, não vemos a majestade da floresta". 🌿

Bibliografía

- Alianza Biodiversidad, *Leyes de semillas y otros pesares. Los pueblos de América Latina las cuestionan e impugnan*, 2014.
- Elizabeth, Bravo, *Nuestra agricultura en peligro: Medidas sanitarias, propiedad intelectual y control sobre nuestras semillas*, Acción Ecológica, Quito, junho de 2016.
- Campaña Semillas de Identidad, *Sistema participativo de garantía de la calidad de semillas criollas y nativas para las casas comunitarias de semillas en Colombia. Guía metodológica*. Bogotá, 2018.
- Carlos M. Correa, “El ejercicio de los derechos del agricultor relativos a las semillas”. Documento de pesquisa 75. Centro de Estudos Interdisciplinares de Direito Industrial e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, 2017
- Declaração dos participantes da Consulta Regional da América Latina e do Caribe sobre a Implementação dos Direitos dos Agricultores (TIRFAA), Seberí, Brasil, 17 e 20 de abril de 2018. GRAIN, “El Convenio UPOV va contra principios de convivencia que hicieron posible el progreso de la agricultura”, *Biodiversidad Sustento y Culturas* janeiro de 2013.
- GRAIN, “*Leyes de semillas en América Latina: una ofensiva que no cede y una resistencia que crece y suma*” outubro, 2013.
- GRAIN, “*UPOV 91 y otras leyes de semillas: guía básica acerca de cómo las grandes empresas semilleras intentan controlar y monopolizar las semillas*”, 2015.
- Grupo Semillas, “*Las normas de semillas, un instrumento para el despojo de los derechos de comunidades étnicas y campesinas*”, *Semillas* 69/70, dezembro de 2017.
- Grupo Semillas, “*Las semillas patrimonio de los pueblos, en manos de los agricultores. Acciones sociales para enfrentar el colonialismo corporativo de las semillas en Colombia*”, Bogotá, junho de 2015.
- Camila Montecinos, “*¿Habrá llegado la hora de ver en qué callejón nos hemos metido?*” *Biodiversidad sustento y culturas*, 12/13, setembro de 1997.
- Camila Montecinos, “*Intentan someternos porque las semillas campesinas siguen vivas*”. *Biodiversidad Sustento y Culturas* 93, julho de 2017.
- Red América Latina Libre de transgénicos, *Normativa de semillas en América Latina, al servicio de las corporaciones*. Quito, 2015.
- Silvia Rodríguez, *El control legal de las semillas: el caso de la ley de certificación en Costa Rica*, outubro de 2017.
- Silvia Rodríguez, *El despojo de la riqueza biológica: de patrimonio de la humanidad a recurso bajo soberanía del Estado*, Heredia, Costa Rica: EUNA, 2013.
- Acórdão C-1051/12. *Ley aprobatoria de tratado sobre protección de obtenciones vegetales. Inexequibilidad por falta de consulta de previa*. <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2012/C-1051-12.htm>
- Germán Vélez, “*Dos décadas de ataque a las semillas y se profundiza el cerco*”. *Biodiversidad Sustento y Culturas* 80, julho de 2014.
- Via Campesina, *Declaración de Bali sobre semillas. Las Semillas Campesinas son dignidad, cultura y vida: campesinos en resistencia, defendiendo sus derechos respecto de las semillas campesinas*, 3 de março de 2011.
- Via Campesina, *Declaración sobre semillas. Las semillas campesinas son dignidad, cultura y vida: campesinos en resistencia, defendiendo sus derechos respecto de las semillas campesinas*, 2014.
- Via Campesina, GRAIN, *Las leyes de semillas que criminalizan campesinas y campesinos: casos de estudio adicionales*, fevereiro de 2015.
- Via Campesina, *Detener la ofensiva de la industria que busca transformar el Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para la Alimentación y la Agricultura (TIRFAA) en un instrumento de biopiratería*, 2016.

Nosso caminho: construir unidade popular para radicalizar a disputa pelos sentidos da vida

REDES-Amigos da Terra Uruguai

Nosso mundo entrou em uma espiral crítica de crises sociais, políticas e econômicas que aprofundam as desigualdades e a devastação de territórios e meios de subsistência, enquanto exacerbam uma crise climática e de biodiversidade cujos graves impactos são cada vez menos previsíveis. Um mundo em que as elites aumentam permanentemente sua capacidade de controlar Estados, instituições internacionais, territórios e natureza, aproveitando cada crise como uma oportunidade para continuar acumulando capital e poder.

Nesse contexto, os povos da América Latina e do Caribe enfrentam hoje o aprofundamento de alguns projetos antigos, mas que, com formas e intensidades renovadas, ambicionam a região na disputa geopolítica pelo controle de seus bens comuns. Enfrentamos o aprofundamento do avanço imperialista do capital sobre nossos territórios, e o progresso articulado e desenfreado de um extremismo conservador social, político e cultural, que poderíamos chamar de fascismo do século XXI. Esses projetos aumentam a criminalização e a repressão daqueles que resistem a eles e impõem uma disputa frontal sobre os sentidos da vida.



Desenho: Rini Templeton

Frente a um futuro nada promissor e muito incerto, devemos: não esquecer (como ensina a rica história dos movimentos sociais e populares) que a mobilização popular e unitária é a única maneira de transformar a realidade; lembrar que nossos povos têm memória histórica e suas organizações andam diariamente, contra todas as probabilidades, transformando a realidade de seus territórios; ter a certeza de que esse projeto, que hoje atinge seu número 100, continuará caminhando ao lado das organizações e movimentos populares na construção de mudanças sociais, políticas e culturais para a emancipação de nossos povos.

Esta firme convicção nos obriga a pensar nos cenários prováveis, a fim de definir como construir nossa defesa do território, entendendo-o como a construção social do espaço para a produção e reprodução política, cultural, espiritual, ambiental e econômica de cada povo em sua relação com a natureza.

Neoliberalismo enfeitado: crises como uma oportunidade de negócios. Apesar de uma longa década de implementação simultânea de projetos progressivos em quase um terço dos países de nossa região — que melhoraram as condições materiais de vida das classes populares desses países — o capital nunca parou de avançar no território. Sem esse contrapeso e apesar do fracasso retumbante das políticas neoliberais de desmantelamento do Estado, financeirização, privatização, desregulamentação e globalização a serviço de empresas transnacionais e elites nacionais, novamente a maquinaria econômica, política e cultural do capital pretende nos impor, em seu lugar, um neoliberalismo enfeitado.

Em uma economia global em que o setor financeiro aumenta seu controle sobre a produção de bens e serviços o tempo todo, e após a explosão das bolhas imobiliárias e da crise alimentar de 2008 — produto da especulação financeira sobre cereais básicos — o capital busca novas fronteiras para a acumulação. E, dada a necessidade já incontestável e imperativa de ações para enfrentar a crise climática e a da biodiversidade, criam uma nova oportunidade de negócios para o desenvolvimento da chamada “economia verde” por meio da financeirização da natureza: “o processo segundo o qual o capital especulativo assume o controle dos ativos e componentes da natureza e os comercializa através de

certificados, créditos, ações, títulos etc., a fim de obter os maiores lucros possíveis graças à especulação financeira”¹. Este é um processo reforçado pelo progresso e consolidação dos marcos legais impostos pela agenda de livre comércio.



Rosário Cutuhan em sua chácara, Guamote-Chimborazo, Equador. Foto: Carlos Vicente

Estamos diante de um processo de acumulação primitiva em renovação contínua, descrito por David Harvey (2005) como “acumulação por desapropriação”. Um processo que busca retirar dos povos que ali vivem o uso e controle do território.

No nível global, enfrentamos processos de desmaterialização, digitalização e financeirização que afetam radicalmente o caráter dos sistemas produtivos e de consumo. Estamos testemunhando ataques para mudar "profundamente o caráter do sistema corporativo de alimentos, [...] causando, entre outras coisas, a mudança de poder em relação a novos atores que estão, frequentemente, cada vez mais distantes da produção de alimentos [e que] ao mesmo tempo estão alterando a concepção do mercado de alimentos e os hábitos de consumo de alimentos nos centros urbanos e além deles” (Filardi e Prato, 2018).

Outra característica dos tempos atuais é que a região se tornou mais uma vez um alvo muito importante da batalha geopolítica entre os grandes atores globais. Uma disputa pelo controle de nossos bens comuns, intensificada pela reforma estratégica dos Estados Unidos para tornar novamente toda a região em seu quintal e transformá-la em um bastião de sua estratégia de guerra global. Estratégia que promove a expansão de suas bases militares, ameaçando diretamente a construção de uma América Latina e Caribe como território de paz. Como Ugarteche (2019) aponta, "a guerra permanente é uma nova característica da economia internacional". Guerras, de vários tipos e intensidades, que avançam enquanto "as empresas continuam operando".

Restauração fascista a qualquer custo

Enfrentamos um ataque articulado, em nível regional e internacional, de uma direita extremamente conservadora e fascista. Um projeto social, político e cultural fascista, de acordo com o século em que vivemos e que, a partir de Umberto Eco, podemos caracterizar como racista, xenofóbico, misógino, machista, homoesbotransfóbico, insensato, acrítico e simplista, anti-pacifista, elitista e aporofóbico, antipolítico e

antidemocrático; claramente totalitário, homogeneizador e praticando o que algumas organizações europeias chamam de necropolítica: decidem quem deve morrer para sustentar seu projeto. E, como Eco também aponta, não é necessário que um projeto tenha todas as características possíveis do fascismo para reconhecê-lo como tal.

São forças sociais e políticas que desconhecem e atacam qualquer forma de organização que defenda os interesses do povo que dizem encarnar, que representam e promovem valores arcaicos e encontram seu caldo de cultivo nas massas frustradas e/ou excluídas pelo neoliberalismo econômico e cultural, e desencantadas com os governos progressistas. Forças que se expandem com o aval, por apoio ou omissão, dos meios de comunicação dominantes de nossa era.



POR LAS QUE DAN VOZ
A NUESTRO SILENCIO,

Desenho: Rini Templeton

O projeto neoliberal fascista aborda diretamente a disputa sobre os significados da vida. Ele vem reescrever a história, por exemplo dizendo que as ditaduras militares não o foram, como Bolsonaro faz no Brasil. Trabalha para impor otimismo tecnológico: a tecnologia como solução para todos os males, cancelando qualquer tipo de questionamento das relações de poder subjacentes. Também contesta frontalmente o sentido do território, rural e urbano, que vê como um espaço para reproduzir o capital e o poder das elites.

Ao mesmo tempo, contesta com veemência o significado da política, impondo a judicialização dela e uma suposta agenda anticorrupção, a fim de construir a história de que a política é corrupta, que não vale a pena participar e que devemos deixar os empresários administrarem a coisa pública e implementarem iniciativas de negócios que substituam políticas públicas e participação popular. Isso representa um revés para a democracia formal, fortalecida pela manipulação dos processos eleitorais por meio de uma nova maneira de fazer política, na qual “não importam os fatos em si, mas o seu relato” (Arkonada, 2019). E “a direita conseguiu construir um relato e se adaptar muito bem ao mundo da Internet e das redes sociais”.

Construir a unidade popular para radicalizar a disputa pelos sentidos da vida

Transformar o sistema capitalista e garantir que os territórios, rurais e urbanos, estejam a serviço da produção e reprodução da vida digna de nossos povos requer o dismantling da opressão e da exploração, patriarcal, racista, colonialista e capitalista. Avançar nesse sentido é uma obrigação e uma necessidade tática urgente, “que requer a unidade organizada dos povos. Uma que reconheça a diversidade de lutas” (Drago, 2018).

Também nos força a trabalhar para expandir os projetos que constroem a soberania popular e resistem ao capital e ao fascismo em nossos territórios. Devemos reproduzir em outras áreas o exemplo da agroecologia, uma ferramenta de luta e resistência para construir a soberania alimentar de nossos povos, como afirma o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)².

O fascismo do século XXI não exige mais massas uniformizadas nas ruas, porém padronizadas por uma história que não se baseia em fatos, mas nos interesses da direita econômica, política e cultural mais obsoleta. Uma “*blitzkrieg*” na guerra de redes baseada no “uso de redes sociais, notícias falsas e inteligência artificial”. Uma direita que “descarta o politicamente correto, apropriando-se da estética da transgressão e da contracultura, que têm sido expressões habituais da esquerda”. (Arkonada, 2019). Uma batalha cultural que ocorre em um campo dominado e regulamentado pelas empresas dominantes de comunicação e pela interação social virtual.

Para avançar, a ofensiva fascista e neoliberal exige enfraquecer ao máximo e até aniquilar, se necessário, organizações e movimentos sociais. Onde essas estratégias avançam, a perseguição, estigmatização, repressão, prisão, tortura, desaparecimento e assassinato daqueles que defendem seus territórios e seus direitos individuais e coletivos estão em constante expansão. Poderosos agentes estatais e não estatais atacam sistematicamente qualquer organização, cidade ou comunidade que lute pelo reconhecimento de seus espaços socialmente construídos e seus direitos coletivos à terra, soberania alimentar, água e exercício de suas práticas tradicionais e ancestrais. Isso gera uma cultura de medo que afasta as pessoas da participação política.

Precisamos disputar o sentido da política e fortalecer a memória histórica, "construir democracias genuínas, radicais e justas, centradas na soberania e participação dos povos" (Nansen, 2018). Diante do descrédito da política e da esquerda, mais participação política e mais organização popular. É imprescindível fortalecer e articular os processos de formação política de nossas organizações, e a organização e ação política.

Fortalecer a participação política exige, como destaca Janaina Stronkaze (MST), "superar o medo e manter a coragem, a energia, a esperança e construir um bom projeto de país, de comunidade, de nação sustentável de maneira coletiva, sempre em grupo, do modo mais horizontal e democrático possível. Juntas e juntos, de mãos dadas, na rua, organizados e construindo o país e a nação que queremos" (Gorka, 2019).

Temos o grande desafio de articular as defesas dos territórios e as lutas pelos direitos do povo em torno de projetos políticos populares, como a soberania alimentar.

Seguir sendo uma ferramenta a serviço da construção da unidade do campo popular será nosso imperativo categórico: aquilo que nos moverá incansavelmente até mudar esse sistema e construir a soberania popular e a justiça social, econômica, política, de gênero e ambiental.

Avistamos tempos mais difíceis, mas a única luta que se perde é a que se abandona.✿

Referências

Arkonada, K. "La breitbartización de la política" en La Jornada, 30 de março de 2019. <https://www.jornada.com.mx/2019/03/30/opinion/022a1mun>

Drago, M. "Resistir al fascismo: construyendo soberanía alimentaria desde la unidad de los pueblos", Telesur, 16 de outubro de 2018. <https://www.telesur.net/opinion/Resistir-al-fascismo-construyendo-soberania-alimentaria-desde-la-unidad-de-los-pueblos-20181016-0012.html>

Filardi, M.E. y Prato, S. "Reclamar el futuro de la alimentación: cuestionando la desmaterialización de los sistemas alimentarios" en Observatorio del derecho a la alimentación y a la nutrición 2018: Cuando la alimentación se hace inmaterial: afrontar la era digital: pp. 6-15. https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rtn-watch-2018_esp.pdf

Gorka, Entrevista a Janaina Stronzake, integrante del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), 27 de março de 2019. <http://mardefueguitos.info/2019/03/27/tener-cada-vez-mas-miedo-es-un-sintoma-del-avance-de-la-extrema-derecha/>

Harvey, D., A Brief History of Neoliberalism. Oxford University Press, 2005.

Nansen, K. "The magnitude of the planetary crisis requires action of similar size", The Ecologist, 12 de julho de 2018. <https://theecologist.org/2018/jul/12/magnitude-planetary-crisis-requires-action-similar-size-foeint>

Ugarteche, O. "Perspectivas al final de la segunda década del siglo XXI", En Revista América Latina en Movimiento núm. 540: Nuevas pistas de la economía mundial: pp. 1-6, março de 2019. <https://www.alainet.org/es/revistas/540>

Notas:

[1] <https://wrm.org.uy/es/listado-por-temas/mercantilizacion-de-la-naturaleza/financierizacion-de-la-naturaleza/>

[2] <http://www.mst.org.br/2019/03/27/agroecologia-como-instrumento-da-luta-de-classe.html>

CLOC: fogo, luz, ação da Via Campesina na América Latina



Inauguração dos cursos no IALA, em La Orilla del Auquinco, Chile

A Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) foi formalmente estabelecida em fevereiro de 1994, em Lima, Peru, durante um congresso que reuniu “cerca de 84 organizações de 18 países da América Latina e do Caribe”.

No documento de sua fundação, a CLOC enfatizou que, embora tenha nascido naquele ano, “sua caminhada começou anos atrás, sob o impulso de organizações não afiliadas internacionalmente que haviam coincidido na necessidade de articular um espaço próprio e autônomo. Porém, com a particularidade de que esse impulso fosse potencializado pela realização da Campanha Continental 500 Anos de Resistência Camponesa, Indígena, Negra e Popular (1989-1992), convocada por organizações camponesas-indígenas da Região Andina e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Brasil que, em um momento adverso de muita gravidade para as organizações populares, não apenas permitiu abrir uma trincheira de resistência, mas também acabou sendo um laboratório para a formulação de propostas políticas e organizacionais para os novos tempos.”

Sua presença não apenas “conseguiu anular o caráter festivo que o governo espanhol e seus pares do continente queriam dar ao V Centenário, mas também serviu de base para o surgimento de coordenações e articulações setoriais”.¹

Anos depois, Francisca Rodríguez, membro e dirigente da Anamuri (*Asociación Nacional de Mujeres Rurales Indígenas*), do Chile, lembraria em uma entrevista como foi esse surgimento:

Aparecemos em 89. Queríamos gerar uma ação contra a campanha comemorativa da descoberta da América.

Dissemos "não há nada aqui para comemorar e há muito para descobrir sobre nós mesmos". Foi uma época muito difícil: o socialismo havia caído, a revolução nicaraguense estava fortemente afetada e na América do Sul restavam ditaduras militares. A queda do socialismo nos atingiu fortemente, parecia que o mundo estava acabando, que nosso processo havia chegado ao limite. Porém nos propusemos o desafio: "vamos fazer cinco anos de campanha, mas que seja de autodescoberta de nossas resistências". Mais tarde, o reencontro entre organizações indígenas camponesas, afrodescendentes, construiu uma ponte com o mundo popular que foi um marco para o desenvolvimento e o novo olhar do movimento camponês.

Assim criamos o espaço para a Via Campesina, que começou a caminhada a partir da América para se tornar uma organização mundial, uma das maiores referências nas lutas contra o sistema. Foi proposto que fosse um caminho, por isso é a via, e não uma associação ou união de camponeses em nível mundial, e é um desafio para que sejamos capazes de criar, a partir do mundo camponês, uma via alternativa frente ao sistema neoliberal.

Reunimos experiências históricas que vinham do mundo dos sindicatos. Havia um processo emergente, como no Brasil, com o Movimento dos Sem Terra (MST), ou organizações de mulheres de vários países, como a República Dominicana, ou a Bartolina Sisa, na Bolívia. Com eles, geramos uma nova dinâmica organizacional e demos vida ao que hoje é a CLOC.²

O primeiro Congresso levantou o slogan "Unidos na defesa da vida, da terra, do trabalho e da produção", em um momento emblemático para os movimentos populares da região "pelos sinais de reativação das lutas sociais", especialmente no campo, contra políticas neoliberais. Acontecia o levante zapatista em Chiapas, no México, e depois um segundo levante indígena no Equador, a marcha de produtores de coca na Bolívia, mobilizações para a reforma agrária no Paraguai, Guatemala e Brasil.

Com essa experiência de articulação, a CLOC "adotou um esquema organizacional descentralizado no qual as coordenações nacionais se articulam regionalmente (América do Norte, América Central, Caribe, Região Andina e Cone Sul), tendo como instância de ligação (não de direção) uma secretaria operacional. Isso envolveu reconhecer e respeitar a autonomia das organizações e das e dos participantes, e enfatizar que "ninguém pode falar em nome de ninguém, somente a partir de suas próprias lutas", e buscar "consensos como regra para a tomada de decisões", como é fundamental nas comunidades originárias, que sabem a importância de comentar, argumentar, discutir, confrontar, questionar e respeitar a palavra das outras, dos outros.

O terceiro Congresso, no México, lembra Francisca Rodríguez, decidiu algo que seria decisivo: "construir um projeto político popular e, desde a segunda assembleia das mulheres, a Campanha das Sementes como proposta para a Via Campesina". E assim disse a assembleia das mulheres: "Nós, guardiãs ancestrais das sementes, declaramos que estas são patrimônio de nossas comunidades, de nossos povos e de toda a humanidade".

Desde a preparação do quinto congresso, a CLOC insistiu que, embora "alguns governos populares tenham logrado avanços políticos com organizações camponesas, indígenas e afrodescendentes, as desastrosas ações capitalistas na América Latina e no mundo continuam aumentando através da violência, da pilhagem imperialista e do aumento dos transgênicos". E convocou movimentos, comunidades, organizações e pessoas para se reunirem e "fortalecer a participação", para aprofundar "a formação sócio-política de dirigentes e militantes com plena inclusão de mulheres e jovens, garantia de nosso presente e futuro de luta", estabelecendo alianças com as quais abrigar trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade que eram fortemente impactados pelo modelo imposto". Isso envolvia "fortalecer os movimentos sociais do continente, derrotar as transnacionais e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e continuar a campanha contra todos os tipos de violência contra as mulheres no campo".

Naquele momento, a CLOC estava encarregada de "estabelecer canais internos de diálogo" e buscar consenso em um contexto de fragmentação continental onde não existia uma relação direta entre organizações, onde cada uma delas respondia a realidades diversificadas e específicas imperantes, mas também a seus modos e tradições particulares de luta, com estilos, obstáculos e metodologias próprios.

Como resultado do Quinto Congresso, surgiram vários pronunciamentos, mas seu olhar sobre a solidariedade com os povos e suas lutas, sem dúvida, esclarece o papel que uma plataforma organizativa ampla e plural deve desempenhar em um continente cuja população é expulsa pelas terríveis condições de trabalho e de vida em geral, com as quais o capitalismo, com seu binômio governo-empresas, submete as pessoas:

A migração em massa é sempre forçada e é usada pelos grandes capitais para ter exércitos industriais de reserva. A migração campo-cidade se deve à escassez e expoliação de terras, a ações militares e paramilitares, à perda de bens produtivos, às más condições de vida e à crise climática. O resultado da migração é a formação de cinturões de pobreza nas cidades, o que levou muitos a viver na miséria e a mendigar para alimentar seus filhos e filhas. As e os migrantes transnacionais não têm os mesmos direitos que os trabalhadores locais, não têm direito à proteção da saúde ou à educação, e seus filhos e filhas geralmente não têm nacionalidade.

Em geral, no continente latino-americano, os direitos humanos de camponesas e camponeses, povos originários e afrodescendentes foram sistematicamente e permanentemente violados pelo poder dominante ligado ao capital nacional e transnacional, como uma herança histórica desde a Conquista. Hoje, é uma estratégia do capitalismo para desarticular e destruir as lutas populares, e se apropriar dos bens naturais, para garantir o saqueio

através da mineração a céu aberto, das represas, da exploração intensa dos mares, dos deslocamentos forçados dos povos originários, das monoculturas transgênicas e do controle monopolista de alimentos. As violações dos Direitos Humanos tornaram-se uma política de Estado de muitos países, inclusive por disposições constitucionais. O feminicídio é a forma mais profunda e mais grave da violação dos Direitos Humanos na América Latina, com sequestros, estupros e assassinatos sistemáticos.

[...] Vivemos e sofremos a capacidade de destruição e devastação do capitalismo. No entanto, a força de nossas lutas, as formas de unidade que estamos construindo, o revalorizar nossas contribuições, nossas visões e culturas, o ressurgimento da vida que vemos em nossos triunfos, nos levam a garantir que nossas lutas e trabalho nos permitirão desmantelar o capitalismo e construir um campo e um mundo que garantam a dignidade e o bem viver para todos.

Desde então, a CLOC não apenas se consolidou, mas também vem aprofundando suas propostas, detalhando suas estratégias. Francisca Rodríguez esclarece as principais linhas a partir das quais a CLOC procura articular sua visão:

Diremos primeiro que a via camponesa é um desafio, é gerar uma via alternativa para o modelo, mas com uma proposta para a humanidade que é a soberania alimentar, ou seja, o direito à alimentação que têm os povos, e para nós a responsabilidade de produzir esses alimentos. Nunca se pensou que os camponeses iríamos fazer uma proposta que atravessaria as barreiras do campo para se tornar uma proposta de muitos.

Quando a fizemos, foi em defesa própria. A primeira Cúpula Mundial da Alimentação (1996) foi confrontada com o enorme número de pessoas famintas no mundo. Os governos abordaram a segurança alimentar, vista como a capacidade do povo de comprar comida e dissemos "não, não é um problema de segurança alimentar, mas de soberania alimentar". Ou seja, como os governos geram a capacidade de produzir alimentos e geram trocas solidárias entre os povos para aqueles que não têm a capacidade para produzi-los. Isso deve ser feito no mundo. Sem comida você morre, então produzir comida, garantir a alimentação da população é ter um futuro. A soberania alimentar foi a nossa grande abordagem ao dizer que não é uma questão camponesa, mas da sociedade. A questão da terra, a questão da água não são problemas do camponês, são das sociedades.⁴

Em 2015, no VI Congresso realizado na Argentina, a CLOC promoveu o que hoje é a sua visão mais vasta e profunda, com base no que Francisca Rodríguez observou ao dizer: “estávamos gerando como mulheres espaços próprios para participar no político e no social. O desafio das mulheres da América era descobrir a nós mesmas em nossa resistência e em nossas capacidades para atuar nas organizações”. Assim, a declaração final transmitiu aos recantos do continente:

Rejeitamos o patriarcado, o racismo, o sexismo e a homofobia. Lutamos por sociedades democráticas e participativas, livres de exploração, discriminação, opressão e exclusão das mulheres e dos jovens. Condenamos todas as formas de violência doméstica, social, trabalhista e institucional contra as mulheres.

Levantamos a bandeira de nossas companheiras: o feminismo camponês e popular faz parte do nosso horizonte estratégico de transformação socialista.

O trabalho de fortalecer nossas organizações e principalmente nossas bases continuará sendo o centro de nossas prioridades. Comprometemo-nos a fortalecer a participação e a integração da juventude em todos os processos organizacionais.

Reafirmamos a reforma agrária abrangente e popular, a agricultura camponesa e indígena de base agroecológica como componentes essenciais de nosso caminho rumo à soberania alimentar e ao resfriamento do planeta, garantindo acesso à terra e à água para as mulheres, os jovens, os sem-terra, e assegurando a recuperação de territórios pelos povos originários e afrodescendentes. Também lutamos pelo reconhecimento da função social da terra e da água e pela proibição de todas as formas de especulação e acumulação que as afetem.

Comprometemo-nos a continuar defendendo e mantendo vivas nossas sementes camponesas e indígenas, para que nas mãos das comunidades possamos recuperá-las, reproduzi-las e multiplicá-las em nossos sistemas camponeses. Não hesitaremos em lutar contra qualquer forma de privatização e apropriação de sementes e todas as formas de vida.

Devemos derrotar o modelo agrícola imposto pelas empresas do agronegócio que, apoiado no capital financeiro internacional e baseado em monoculturas transgênicas, uso massivo de agroquímicos e expulsão de camponesas e camponeses do campo, é o principal responsável pelas crises alimentar, climática, energética e de urbanização.

Chamamos a continuar lutando incansavelmente por um mundo livre de OGM e agrotóxicos que poluem, adoecem e matam nossos povos e a Mãe Terra. Resistiremos junto aos povos e comunidades ao extrativismo, à megamineração e a todos os megaprojetos que ameaçam nossos territórios.

E, como arremate de todos os questionamentos, danos e esperanças acumuladas, com a clareza que foi sendo tecida em todo o continente, a CLOC culminou assim sua declaração:

Vivemos um momento histórico muito complexo e sem precedentes, determinado por uma nova correlação

de forças entre o capital, os governos e as forças populares. O capital imperialista está agora sob o controle financeiro e transnacional, por isso identificamos o SOCIALISMO como o único sistema capaz de alcançar a soberania de nossas nações, destacando os valores de solidariedade, internacionalismo e cooperação entre nossos povos.



Da esquerda para a direita, Carlos Vicente (GRAIN), Francisca Rodrigues (Anamuri) e Nury Martinez (Fensuagro), no IALA de Auquenco, Chile

As e os membros da CLOC disseram, reivindicando os dez mil anos de agricultura camponesa: “Reiteramos que nós, com a grande diversidade da agricultura camponesa que praticamos no planeta, somos os povos do campo que produzimos os alimentos e bens necessários para a humanidade. Somos camponesas e camponeses, pequenos agricultores, povos indígenas, povos sem terra, mulheres do campo, juventude rural, aldeias de pescadores, trabalhadores agrícolas e rurais que representam as organizações membros da Via Campesina de 41 países da África, Ásia, América, Europa e Oriente Médio”.⁵

Sendo assim, fica claro que “a CLOC é o fogo, a luz e a ação da Via Campesina na América Latina. Surgimos do próprio coração do processo dos 500 anos de Resistência Indígena, Camponesa, Negra e Popular, que uniu o movimento camponês histórico e os novos movimentos que surgiram em resposta aos processos de desmantelamento impostos pelas políticas neoliberais”.⁶ 🌿

Biodiversidad

Notas:

1 Biodiversidade, *Aproxima-se o V Congresso da CLOC*, Biodiversidade, sustento e culturas, número 65, julho de 2010.

2 Rumo ao sexto congresso da CLOC-VC, entrevista a Francisca Rodriguez por Alba Silva, para a Agência Paco Urondo

3 V Congresso da Coordenação Latino-Americana de organizações do campo (CLOC), *Solidariedade com os povos e suas lutas*, Quito, Equador, outubro de 2010.

4 *Op. Cit.* nota 2

5 Declaração de Güira de la Melena - I Encontro Global de Escolas e Processos de Treinamento em Agroecologia da Via Campesina.

6 Declaração do VI Congresso da CLOC.

Brasil: Diante da devastação, apenas a luta, a memória, a resistência viva

Fernanda Vallejo

Dessa interminável história de resistência que compartilhamos como continente, faz parte o Brasil, esse mega país, mega diverso em povos, idiomas, climas, ecossistemas, saberes, territórios; guardião, junto com os seus vizinhos sul-americanos, da valiosa bacia amazônica e sua reserva de vida para o planeta. O que acontece no Brasil sem dúvida tem um impacto de peso específico na sub-região.

É conhecido o grau de concentração de terras que tristemente distingue esse país, onde pouco mais de 34% das propriedades com menos de 10 hectares ocupam apenas 1,46% da terra; enquanto apenas 1,48% das propriedades com mais de mil hectares controlam quase 53% do território brasileiro. Isto é somente produto de uma longa história de exclusão e consolidação patrimonial, colonial e patriarcal das elites fundadoras da República, cujos descendentes ainda hoje continuam se apropriando ilicitamente de terras (grilagem), graças à sua presença arraigada no aparato institucional.

Assim também é de grande fôlego a luta mantida por camponeses, quilombolas e indígenas pelo acesso à terra. Cada metro conquistado é o resultado de décadas de luta, ocupação (em alguns casos), demarcação (em outros) e muita resistência de várias organizações. Tudo isso em meio à pressão e perseguição por parte dos proprietários de terras e empresas transnacionais - agrícolas, mineradoras, construtoras - cujos capitais movem os fios da justiça e da política.



Povo Xacriabá, São João das Missões-MG, Médio São Francisco, Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo

Durante o último quarto de século, o agronegócio se consolidou como a principal política de Estado, que trouxe implícita uma desindustrialização continuada e, sobretudo, a marginalização e desestruturação de camponeses, quilombolas e indígenas. Esse cenário não mudou mesmo durante os governos do PT, embora, sem dúvida, tenham sido desenvolvidos programas e políticas para mitigar os impactos da política maior. Com suas

luzes e sombras, programas como: Fome Zero, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Reforma Agrária, entre outros articulados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, sem dúvida contribuíram para mudar um pouquinho a escala da desigualdade.

A partir de 2015, o Brasil assistiu ao estabelecimento de um Estado de exceção que facilitou a aplicação de uma série de arbitrariedades através das quais a pilhagem foi legalizada e essa pequena institucionalidade redistributiva do Estado para as populações do campo e da floresta foi desmantelada com uma produção acelerada de leis, decretos e medidas provisórias. Regressões legislativas que se aprofundaram nos primeiros cem dias do governo de Jair Bolsonaro e de uma bancada ruralista retrógrada.

As oligarquias tradicionais, cujo poder reside tradicionalmente nas grandes propriedades, no monopólio de condições vitais de existência e bens comuns (terra, água, florestas), foram novamente responsáveis por violar o fundo territorial da sociedade; isto é, retomar sua prática de apropriação ilegal de terras, atacando regulamentações ambientais, agrárias e de direitos.

Embora pouco se saiba, nesse mesmo período as ocupações de terras no campo aumentaram, tanto de organizações históricas como o MST quanto de novos grupos organizados. Eles sabem de sobra que o processo de acesso à terra é de grande fôlego. À mobilização dos camponeses sem terra, dos quilombolas exigentes de território e dos povos indígenas, foram acrescentadas, nos últimos anos, aquelas populações que defendem seus territórios da construção de usinas hidrelétricas e infraestrutura de transporte.

Graças a essa luta, existem hoje mais de um milhão de famílias assentadas em terras reconquistadas que ocupam pouco mais de 10% do território nacional, de acordo com o relatório de 2017 sobre acesso à terra do Instituto Para o Desenvolvimento Rural da América do Sul (IPDRS).^{*} E pelo menos até 2015, segundo dados do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros eram provenientes da agricultura “familiar”.

Em face do desmantelamento institucional (devido a cortes orçamentários ou fechamento de fato) e à produção de leis prejudiciais, como a de sementes, ou a reforma constitucional que entrega a demarcação de terras indígenas a um legislativo dominado por ruralistas, se fortalecem os encontros entre organizações, se afirmam alianças, se aprofundam ocupações, se cerram fileiras.

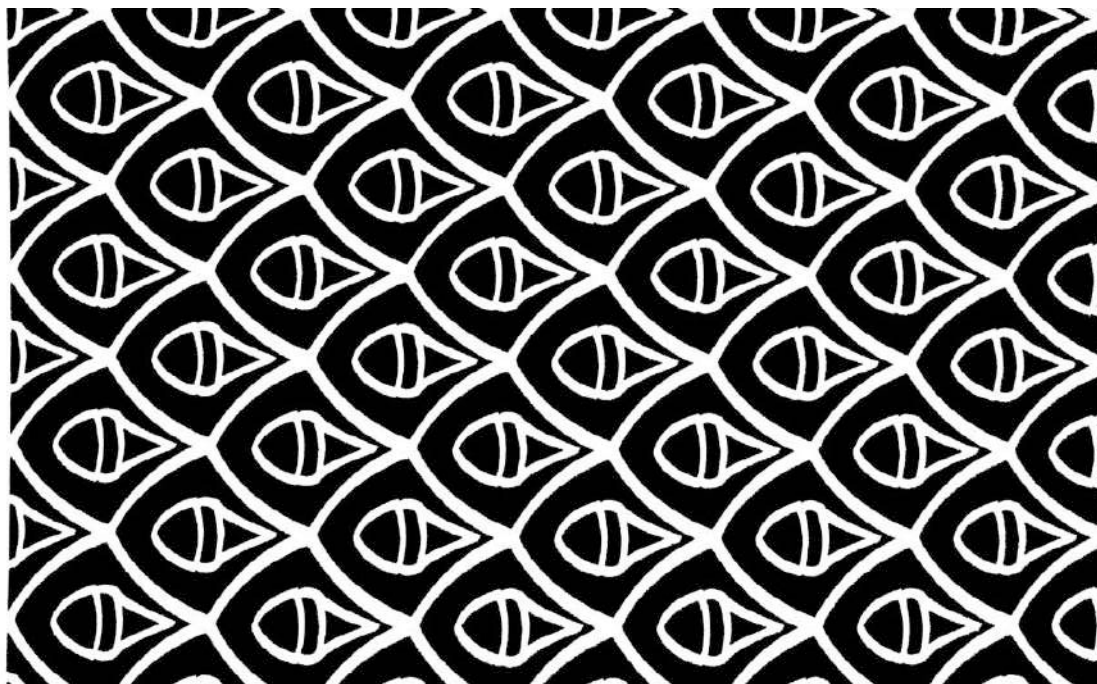
Desde 2017, acampamentos, ocupações de terra, fechamento de estradas, caminhadas, marchas e jornadas de luta, feiras, festas, encontros, vigílias, romarias, estão se multiplicando em todo o país. Entre algumas delas, o relatório do IPDRS destaca: o Oitavo Encontro Nacional do Movimento de Pessoas Afetadas por Barragens, que reuniu no Rio de Janeiro cerca de 3.500 afetados e afetadas; a Segunda Feira Nacional de Reforma Agrária do MST, realizada em São Paulo; o Acampamento Terra Livre, que reuniu mais de 4 mil indígenas de cerca de 200 povos em Brasília (talvez o maior acampamento indígena já realizado no país). A Ação Direta de Inconstitucionalidade desenvolvida pela articulação de quilombolas na luta legal em defesa dos territórios onde vivem. A Caravana Internacional reunida no Cerrado do Piauí congregou representantes de movimentos sociais com ecologistas, pesquisadores e autoridades locais, para analisar e documentar os impactos socioambientais causados pela apropriação em grande escala na região do chamado *Matopiba* (estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), a mais recente frente de invasão do agronegócio, caracterizada pela “*grilagem verde*”; ou seja, a



Santa Cruz, Pueblo Nuevo, Estado de México. Foto: Jerónimo Palomares

apropriação ilícita por parte de proprietários de terras que invadem áreas tradicionalmente preservadas por quilombolas ou povos indígenas, aparentando estar em conformidade com a legislação ambiental.

Também podemos destacar o bloqueio de um trecho da ferrovia, liderada pela Articulação Camponesa de Luta por Terras e Defesa dos Territórios, no município de Palmeirante, no estado de Tocantins, para exigir o cumprimento dos compromissos de entrega de terras.



O Movimento Nacional Indígena também realizou ações para bloquear várias audiências de consulta prévia, uma verdadeira farsa contra os direitos indígenas. Também é muito importante a campanha "Demarcação Agora!", que conquistou a adesão de artistas e celebridades, de modo que sua mensagem possa ultrapassar as muralhas urbanas de cimento. E também tem a campanha "Nenhum quilombo a menos".

É importante ressaltar que as convergências entre essa diversidade de organizações vêm se fortalecendo e construindo esforços comuns. Um deles, de uma maneira um tanto inédita, mas claramente afirmativa da autonomia dos povos diante da ilegalidade das normas, é a proliferação de protocolos, normas construídas comunitariamente sobre tudo o que tem a ver com seus territórios, que servem para eles mesmos, mas também para o Estado e as corporações, de maneira que quem não os cumprir não terá direito ou acesso.

O revés legal institucional veio acompanhado por um aumento da violência do Estado contra a sociedade. Uma declaração de guerra contra as organizações do campo e dos povos que, vendo novamente seus territórios pisoteados e invadidos, mais do que se lamentar, apelam novamente à resistência, ao aprofundamento de suas formas de luta e sustento. Essas terras não são "de ninguém", como afirmam os ruralistas, essas terras pertencem a quem as trabalha, cuida delas e as cria.

Essa base coletiva de resistência tem certeza de que o aparato de devastação acionado pelo governo atual, mesmo quando causar danos e efeitos a longo prazo, e até irreversíveis, não poderá arrasar tudo, nem a memória, nem os saberes, nem os cuidados, nem o espírito de proteção do que é ganho no pulso com luta e em longo prazo.

* Ruth Bautista, Oscar Bazoberry Chal, Lorenzo Soliz Tito, "Acceso a la iterra y territorio em Sudamérica", Relatório de 2017, Instituto para o Desenvolvimento da América do Sul (IPDRS), La Paz, Bolívia, 2017.

Reunindo palavras

Ao completar cem números e 25 anos de existência como revista, Biodiversidad, sustento y culturas reúne declarações e olhares de todo tipo que alertem, revisem, discutam e indaguem sobre nossa extremada realidade no cotidiano e no longo prazo. Aqui, não é tanto um assunto comum, e sim a visão compartilhada, o que harmoniza as palavras e as socializa em assembleia. Como essas palavras são levadas a sério por quem decidiu compartilhá-las, elas apontam para fissuras, contradições, detalhes cotidianos, íntimos e relacionais - e, portanto, profundamente políticos.



Desenho de Rini Templeton

Semear sementes,
semear sementes,
de mil sementes, dez árvores crescerão,
e virão os pássaros e a chuva;
os pássaros trarão os cantos,
a chuva germinará as sementes adormecidas,
os cantos tecerão a música,
a brotação exultante servirá o pão;
a música formará os hinos;
o pão alimentará idéias;
os hinos reunirão as colunas;
as idéias organizarão a rebeldia;
as colunas serão inseparáveis;
a rebeldia criará a aurora sem ocaso.
As colunas nunca chegarão,
mas sempre estarão a caminho:
com a semente, as árvores, os pássaros, a
brotação, os cantos, o pão, a música, as
idéias, os hinos, as novas colunas, a rebeldia,
as auroras sem ocaso no caminho sem fim,
que é chegar ao paraíso.

Oswaldo Bayer

Extraído do livro: *Imágenes que hablan — Homenaje a las Madres de Plaza de Mayo*, site oficial de Oswaldo Bayer, 8 de março de 2017



Em uma área devastada pela soja próxima a Curuhuaty, Paraguai. Foto: Henri Picado

De maneira natural, a igualdade vem junto com a frugalidade. O compartilhar verdadeiro ocorre quando há muito pouco. E esse compartilhar verdadeiro não implica compartilhar apenas os poucos ou pequenos pedaços de algo compartilhável. O que no fundo se compartilha *é o próprio ato de compartilhar*. Isso tem um valor humano enorme. Ao compartilhar o escasso, o frugal, há também a possibilidade de compartilhar decisões. Compartilhar as decisões é um ato político. Não é a política de partidos. Também não é a política como normalmente é entendida, com todas as enganações das eleições. Falamos sobre o coração da política. E é claro que os zapatistas entendem isso muito bem.

Teodor Shanin nos ajuda a aprofundar sobre esse compartilhar. Shanin deve muitas das maravilhas que escreveu sobre camponeses a Alexander Chayanov, o qual disse que a erradicação do campesinato em favor da coletivização da agricultura seria o suicídio do socialismo. E ele estava certo. Como ele estava certo, foi fuzilado em 1937. Mas seu argumento é o seguinte: no capitalismo, os operários trabalham ativamente para produzir algo e são pagos apenas o suficiente para sobreviverem e poderem se reproduzir, e então trabalham para produzir mais-valia para o capitalista. Na economia camponesa, entretanto, na via camponesa de trabalho, acontece algo diferente porque o que é arrancado dos camponeses – através de diferentes instâncias legais ou se aproveitando do que os agricultores produzem – ocorre primeiro. Então, o que resta aos camponeses é produzir para sobreviver, por isso produzem de acordo com suas necessidades e nada mais, o que é extremamente difícil. Portanto, a noção de acumulação é muito diferente.

Isso nos coloca no presente (o anterior é o pano de fundo histórico), onde em todo o mundo, em diferentes proporções e diferentes regiões do planeta, existe uma grande economia não oficial, parcialmente legal, muitas vezes ilegal, a qual ninguém pode contabilizar porque é clandestina.

Além de clandestina, também é muito pessoal, ou seja, de pessoa para pessoa, é muito íntima. Não é a economia do capitalismo nem a do Estado. É uma economia de trocas que ocorrem com formas muito pessoais, de modos comunitários, e que tem grande versatilidade - porque as pessoas trocam de papéis sem haver contratos, apenas com a palavra, por confiar nas pessoas, na palavra dos outros. *Entrevista com John Berger, “La esperanza entre los dientes”*, Biodiversidad, sustento y culturas 53, julho de 2007



Juanacatlán, Metlatónoc, Guerrero. Foto: Prometeo Lucero

A desvalorização não é uma coisa, é uma relação. Basta dizer que a desvalorização é a relação entre a cultura e o sistema econômico. Iván Illich, como historiador, definiu-a como a destruição de capacidades autônomas que permitem a criação de bens econômicos. Por exemplo, hoje se diz que a água da torneira está contaminada por bactérias e várias toxinas. A desvalorização que afeta a água é o que cria uma necessidade de água engarrafada de todos os tipos, um dos mercados que mais cresce nos dias atuais. Se você deseja expressar a desvalorização por uma fórmula, essa fórmula seria: se você quiser lucrar com a água, envenene toda a água livre ou facilmente acessível.

A desvalorização é a relação entre o tecido social popular e o monstro que gera um sonho da razão chamado economia - a economia capitalista, é claro, mas existe outra? É a economia que zomba dos tecidos sociais, o pesadelo do desenvolvimento que prejudica o significado de todas as tradições. Esse sonho da razão transforma em aparente loucura confiar no poder dos meus pés para me mover. Esse sonho encheu o mundo de “cadeiras de rodas” motorizadas que me fazem correr perigos e me atrapalham quando quero andar nas ruas. Eles colocam meus destinos habituais fora do alcance dos meus pés.

A desvalorização não pode ser colocada fora da vista ou do alcance do nariz porque não possui forma, cor ou cheiro. Não há limite que possa contê-la. Se incorporada ao solo, torna-o infértil ou, pior, tóxico por anos, séculos, milênios. Os mal-intencionados que incorporam a desvalorização à água, ao solo e aos alimentos acreditam ser tão poderosos que pensam estar além do alcance da lei.

A cultura define o que é bom, a economia, o que é melhor. A desvalorização é a destruição do bem comum e gratuito ou barato em favor do melhor, escasso e caro. É essa nova e inédita relação que promove tanto a poluição da água hoje e, se nos deixarmos enganar, o ar amanhã; mas também a destruição da capacidade de caminhar, pelo transporte motorizado, a corrupção da capacidade de lembrar, pelas memórias mecânicas, a extinção da curiosidade genuína dos jovens, pelo excesso de informação eletrônica, ou pelo emudecimento da palavra viva pelos altofalantes. Poderíamos chamar nossa época de tempo de desvalorização onipresente. *Jean Robert, Una reflexión sobre el desecho moderno, Tlaltenango, Morelos, 9 de setembro de 2013*

"Devido à natureza integral das ameaças que todos enfrentamos, o mais importante é integrar várias idéias e o diálogo entre pessoas provenientes de diferentes contextos e mobilizadas em torno de diferentes questões". Isso é apontado por Aziz Choudry, ativista, pesquisador e colaborador do GRAIN em inúmeras atividades de oposição aos regimes de livre comércio. E acrescenta: “A tendência de muitas ONGs de compartimentar seu foco em questões específicas nas quais se especializaram é um problema. Precisamos ser vacinados contra isso. Pelo contrário, os movimentos radicais de base tendem a examinar amplamente as questões;

eles analisam as inter-relações e se concentram nas causas subjacentes dos problemas. Não podemos cair no discurso técnico, parar de questionar as coisas que foram estabelecidas na estrutura dominante. Algumas ONGs buscam maneiras de como melhorar as leis de propriedade intelectual, embora para muitos povos indígenas o problema esteja na contradição entre os enfoques legalistas ocidentais e uma visão de mundo que não aceita coisas como patentear a vida. Um problema fundamental é que essas ONGs costumam ter muito espaço político e são capazes de anunciar, introduzir e acomodar o poder político.” Devemos destacar a memória histórica e reter a sabedoria das lutas do passado, disse ele, acrescentando: “As lutas contra a globalização surgiram quando as pessoas entenderam que, com a reunião do GATT no Uruguai, todo um pacote de leis foi imposto ao planeta para o benefício das empresas. A OMC e seu subsequente avanço através de tratados bilaterais e acordos de investimento são apenas os instrumentos mais recentes a serviço da agenda corporativa. Devemos situar nossa luta nessa longa e grande história de resistência”. *GRAIN*, "Vinte anos de luta pelas sementes e a soberania alimentar", *Biodiversidad, sustento y culturas* 65, julho de 2010



Ilha da Ressacada,-MG, Médio São Francisco, Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo

No novo direito corporativo global, enquanto as *obrigações* das empresas transnacionais se referem a algumas regulamentações nacionais sujeitas à lógica neoliberal, a um direito internacional visivelmente frágil sobre os direitos humanos e a uma responsabilidade social corporativa voluntária, unilateral e sem força legal (direito brando ou *soft law*), *seus direitos* são protegidos por um sistema jurídico internacional baseado em regras de comércio e investimentos - os contratos assinados pelas grandes empresas; as normas e disposições da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial; do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC e dos tribunais de arbitragem mencionados - de natureza imperativa, coercitiva e executiva (direito duro). Em outras palavras: para as multinacionais, a fortaleza da *lex mercatoria*. Para as pessoas e os povos afetados por elas, a debilidade da "ética empresarial" e da "responsabilidade social". *Juan Hernández Zubizarreta e Pedro Ramiro, Tribunales de Arbitraje: el TTIP y la privatización de la justicia, La Marea*, 26 de junho de 2015

Os chamados "acordos de livre comércio" são amplos, pretendem ser abertos e "contínuos": obrigam os países signatários a ampliar de tempos em tempos o que foi acordado e a empreender nos anos seguintes um número indefinido de reformas jurídicas, administrativas, econômicas e sociais, cujo objetivo é conceder condições cada vez mais favoráveis às empresas europeias. São verdadeiras reformas constitucionais "progressivas" que são definidas nos ministérios (ou secretarias de Estado) sem qualquer acompanhamento dos parlamentos ou da opinião pública de cada país.

Desde 1990, a América Latina é um destino importante para os investimentos europeus - o mais importante para as empresas espanholas. A América Latina atrai capitais industriais por sua urbanização acelerada (e sua demanda por serviços), seus abundantes recursos minerais, petróleo e biodiversidade, além da ampla disposição dos governos regionais em privatizar recursos, a natureza e empresas estatais a preços ridículos. Já se fala em uma nova conquista: um crescente controle das comunicações, energia, água, bancos, petróleo e pesca. Investimentos que cresceram graças à privatização do setor público.

Esses acordos buscam concluir a privatização, acabar com qualquer obstáculo à propriedade e atividade europeia na região, obter acesso total aos recursos naturais e dar garantias às empresas europeias de que elas poderão operar com vantagens claras sobre as empresas nacionais. Tudo isso com salvaguardas contra qualquer mudança política que os povos da região possam promover.

[...] Os acordos com a UE não são apenas um conjunto de acordos específicos: são um compromisso, sem prazo de término, para mudar os modos de vida e de convivência nacionais e locais, a fim de oferecer garantias crescentes às empresas europeias. O poder e a obrigação de projetar as mudanças futuras e implementá-las permanecem nas mãos dos governos do dia (por meio de comitês de funcionários do poder executivo), sem a possibilidade de recusar ou exercer um controle, ou participação efetiva por parte dos parlamentos ou dos movimentos sociais. De fato, se renuncia a exercer a soberania nacional ou garantir a participação social. GRAIN, *Assinar a renúncia à soberania nacional?*, Caderno 4, Biodiversidad, sustento y culturas 57, julho de 2008

O sistema capitalista patriarcal, baseado na exploração agressiva da Natureza e na valorização econômica das pessoas, levou à exploração e ao empobrecimento de grandes setores da sociedade, atingindo duplamente as mulheres pobres do campo e da cidade. Marcadas pelo papel de cuidar das famílias somos obrigadas a redobrar as jornadas de trabalho para sustentar a produção agrícola e a alimentação adequada para nossos filhos e filhas. Proteger nossas terras comunais e as sementes, obter alimentos nutritivos e saudáveis culturalmente apropriados, conservar e transmitir os saberes e práticas tradicionais, obter água limpa e segura, entre outras, são tarefas que tornam as condições de vida das mulheres, do campo e de setores urbano-marginais, muito duras.

A lógica da depredação e destruição da Mãe Natureza afeta igualmente as crianças e jovens, ameaçando a soberania alimentar, nossas culturas, nossa saúde e nossas vidas. Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), *“Enfrentando as mudanças climáticas e os direitos da Mãe Terra”*, caderno 32, Biodiversidad, sustento y culturas 65, julho de 2010

Fomos arrancados dos vínculos com o solo, das conexões que limitavam a ação - o que tornava possível uma virtude prática - quando a modernização planejada nos isolou da sujeira, da aflição, da carne, do solo e do túmulo. A economia em que fomos absorvidos, alguns sem saber, outros com alto custo, transforma as pessoas em fragmentos intercambiáveis de população, governados pelas leis da escassez.

Os lares e os âmbitos comuns são apenas presumíveis para as pessoas envolvidas em serviços públicos e estacionadas em cubículos mobiliados. O pão é um mero comestível, quando não calorias ou apenas forragem.

Falar de amizade, do sagrado ou do sofrimento conjunto como um modo de convivência, quando o chão já foi envenenado e coberto de cimento, parece um sonho acadêmico para pessoas espalhadas aleatoriamente em veículos, escritórios, prisões e hotéis.

Como filósofos, enfatizamos o dever de falar sobre o solo. Para os antigos, isso era óbvio; não é assim agora. Perde-se de vista o solo no qual cresce uma cultura ou onde se pode cultivar vida, quando é definido como um complexo subsistema, setor, recurso, problema ou "granja" - como a ciência agrícola costuma fazer.

Como filósofos, resistimos aos especialistas ecológicos que pregam o respeito pela ciência, mas nutrem um desdém pela tradição histórica, pelas qualidades locais e pela virtude terrena de nos impormos limites entre nós mesmos. *Sigmar Groeneveld, Lee Hoinacki, Iván Illich, Declaração de Hebenshausen, 6 de dezembro de 1990*, Biodiversidad, sustento y culturas 86, outubro de 2015

Jacques Diouf, diretor geral da FAO, diz que se busca uma nova aliança que "libere o potencial da África". Essas soluções pseudo-filantrópicas baseadas no mercado introduzirão sementes de alta tecnologia que vêm com leis de propriedade intelectual, regulamentações corporativas, liberalização do comércio e outras práticas relacionadas aos interesses do agronegócio. O acordo firmado entre a FAO, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA) promoverá soluções de mercado para a pobreza e a fome que levarão a novas dependências de sementes patenteadas e agroquímicos promovidos pela agricultura industrial. Esse projeto comprometerá os direitos dos camponeses e sua capacidade de produzir alimentos para suas próprias comunidades. *Hope Shand, “Privatizar a assistência como estratégia de mercado”*, Biodiversidad, sustento y culturas 57, julho de 2008

O que pretendem as empresas químicas, donas das sementes - que agora possuem a maior parte do mercado de sementes - é um oligopólio fechado. Que a maioria das pessoas no planeta deixe de ter suas sementes, que ano após ano os agricultores não tenham outra saída senão comprar as sementes desenhadas pelas empresas.

Onde houver transgênicos, serão pressionados até a morte para entrar nessa tecnologia. Em países que não aprovaram OGM, o Terminator não pode entrar, pois é um OGM. Mas apenas um país qualquer se abra para uma tecnologia transgênica, o futuro inexorável - se as empresas continuarem a ter o poder que têm sobre o mercado, governos e legislação - é a aplicação da tecnologia Terminator. E então as empresas insistem: e o que fazemos com toda essa gente que tem suas próprias sementes? Avançam muito novas legislações que tornarão ilegais as sementes nativas, aquelas que não estão registradas.

Buscam que as pessoas percam suas sementes, tornando-as ilegais. Primeiro fazem uma lei apenas para controlar as sementes comerciais; mas essas leis são cada vez mais estendidas para abranger também sementes não comerciais. E se insiste que as sementes não comerciais, que não estão registradas, “colocam em risco” o vizinho que será contaminado com variedades que não são puras, como dizem na Europa e nas leis de vários países. Começam a apertar a partir do ponto de vista legal para dizer que esse tipo de semente não serve, e procuram torná-las ilegais.

A outra faceta é a presença real dos transgênicos, aprovados em alguma medida mínima em 42 países do mundo. Porque onde chegam, as sementes transgênicas, elas contaminam. É muito grave que os cultivos no centro de origem estejam contaminados, como o arroz na Ásia, o milho no México, a soja na China. Mas a contaminação é inevitável. E é um desastre para a humanidade, enquanto para as empresas é de imediato uma oportunidade. Então, através das leis, se procura legalizar a perseguição de camponeses cujos cultivos se contam. E com essa perseguição, encurralar as pessoas para comprarem sementes registradas para evitar problemas. Porque, ao comprar sementes registradas, eles já pagaram a patente e ninguém pode processá-las. O próprio governo está dizendo que o normal seria fazer isso. E, sem se importar com a contaminação ou a erosão da diversidade biológica, começa a exigir, junto com as empresas, que as pessoas mudem suas sementes, que as percam. Tudo isso para quê? Para conseguir que toda essa gente que hoje é a quarta parte do mundo e tem suas próprias sementes, compre sementes comerciais e entre no mercado.

É a privatização da agricultura. Que é acompanhada pela migração e por uma quantidade de fatores que não são apenas a semente. É a apropriação violenta e ilegítima do processo da agricultura em geral. *Entrevista com Silvia Ribeiro. “A semente é essencial”, Biodiversidad, sustento y culturas 55, janeiro de 2008*

Nas últimas décadas, vivemos um processo de desmantelamento da vida camponesa, o qual faz parte da inserção do capitalismo nos sistemas agroalimentares mundiais, promovendo modelos que não beneficiam nem camponeses e nem produtores; degradam o meio ambiente, desmantelam o mercado interno e têm o foco nas exportações e no agronegócio.

Nesse percurso é vital o controle das sementes, pois com elas começa o processo de produção de alimentos. Para as empresas, é um problema que 90% das sementes ainda sejam produzidas nos sistemas camponeses; portanto, é uma prioridade para a indústria controlar esse setor. Para isso, ao longo do século XX foram desenvolvidas estratégias legais que viabilizam esse objetivo, como o desenvolvimento de normas de propriedade intelectual; sistemas obrigatórios de registro e certificação de sementes, medidas fitossanitárias e assinatura de convênios. Todo esse processo foi intermediado pelos Estados.

Existe por isso um impulso em vários países da América Latina, Ásia e África para novas leis de sementes, com o objetivo final de controlar a primeira fase da produção agroalimentar.

O objeto dessas leis são as normas que uma nova variedade deve cumprir antes de ser introduzida no mercado, normas que buscam o registro e a certificação das sementes.

As leis de sementes são diferentes das leis de propriedade intelectual (que buscam o monopólio de novas variedades de plantas) e das leis fitossanitárias (que tratam da presença de doenças ou pragas em uma semente).

E embora as normas de propriedade intelectual e de sementes sejam distintas, a tendência é padronizar os requisitos para registrar sementes e para solicitar direitos de propriedade intelectual, uma vez que os dois sistemas são independentes, mas complementares. *Mariam Mayet, Las nuevas leyes de semillas, un paso más en el control del sistema agroalimentario, Biodiversidad, sustento y culturas 87, janeiro de 2016*

Devemos distinguir entre os bens comunais em que se enquadram as atividades para o sustento das pessoas e as riquezas da terra (os recursos naturais) que servem para a produção econômica daqueles bens de consumo sobre as quais se baseia a vida atual.

[...] As pessoas chamavam de comunais aquelas partes do entorno para as quais o direito consuetudinário exigia modos específicos de respeito comunitário. As partes do ambiente que estavam além dos limites dos seus umbrais e fora de suas posses, para as quais no entanto haviam reconhecidos direitos de uso, não para produzir bens de consumo, mas para contribuir no abastecimento das famílias, eram comunitárias. A lei consuetudinária que humanizava o entorno ao estabelecer os bens comunais geralmente não era escrita. Não apenas porque as pessoas não se preocupavam em escrevê-la, mas porque o que elas protegiam era uma realidade muito complexa para defini-la em parágrafos. A lei de bens comunais regulava o direito de passagem, de pesca, de caça, de pastoreio e de coleta de lenha ou plantas medicinais nas florestas.

O confinamento nega às pessoas o direito a esse tipo de entorno no qual - ao longo da história - se havia fundamentado a economia moral do sustento. Uma vez aceito, o confinamento redefine a comunidade: corroi a autonomia local da comunidade. O confinamento dos bens comunais favorece os interesses dos profissionais e burocratas do Estado, e dos capitalistas. Esse confinamento permite que o burocrata defina a comunidade local como uma entidade incapaz de prover-se do necessário para seu próprio sustento. As pessoas tornam-se indivíduos econômicos que dependem para sobreviver de mercadorias ["comodidades", não por acaso chamadas de *commodities*] (ou serviços) produzidas para eles.

O confinamento das áreas comunais não apenas as rouba ao serem privatizadas, como também faz com que as pessoas as percebam como riqueza e mercadoria, e aceitem que outros decidam seu destino - seu uso, sua exploração, sua troca, sua monetarização, sua devastação. *Iván Illich, O silêncio é um bem comum, março de 1982, Biodiversidad, sustento y culturas 52, abril de 2007*

A agricultura é obra e arte de camponesas e camponeses de todo o mundo há pelo menos dez mil e, talvez, até vinte mil anos atrás. Os povos dos mais diversos recantos se identificaram como cultivadores e procuraram maneiras de compartilhar e fortalecer o melhor do seus saberes.

Ser um bom agricultor era uma responsabilidade e um presente dos deuses. E em muitos dos mitos fundacionais, conhecer e poder cultivar foi o que nos tornou humanos [...]

Durante o século passado, sua contribuição mais fundamental foi sistematicamente ignorada e destruída. O povo camponês do mundo foi o criador e diversificador de todos e cada um dos cultivos que desfrutamos hoje como humanidade. Foram essas pessoas que realizaram o longo, paciente e delicado processo de converter ervas espontâneas em alimentos abundantes, saborosos, nutritivos e atraentes. Foram elas - e especialmente as mulheres - que pegaram as sementes, quando fizeram viagens ou foram forçadas a deixar suas terras, as compartilharam e, literalmente, as distribuíram por todo o mundo. Se hoje nos admiramos com a diversidade do milho, batata, arroz, feijões, é porque milhões de homens e mulheres do campo têm cuidado deles, selecionado e buscado novos cruzamentos, adaptando-os a milhares de condições que surgem da combinação de diversos ecossistemas, comunidades, culturas, aspirações, sonhos e gostos.

[...] Nem mesmo o trabalho mais sofisticado de seleção e cruzamento realizado em qualquer centro de pesquisa pode ser comparado à tarefa de converter o teocintle em milho. Todos os melhoradores genéticos do mundo seriam incapazes de reproduzir a variedade de cores presentes no feijão ou sua capacidade de se adaptar às mais diversas e extremas condições de crescimento. E, apesar de toda a pesquisa, ainda temos muito a aprender sobre as sutis inter-relações estabelecidas em muitos sistemas tradicionais de cultivo.

No entanto, há pouco menos de cem anos, foi dito - e seguem nos dizendo - que ser camponês ou indígena é sinônimo de ignorância, superstição, atraso. Dos centros de pesquisa, das universidades e principalmente das escolas, propagam para nós que os únicos que conhecem são os pesquisadores, os agrônomos, os professores. Milhares de anos de observação cuidadosa, relações de cuidado e afeto, busca coletiva e aprendizado mútuo tiveram que ser esquecidos para acomodar o que foi aprendido nos campos de experimentação sob condições controladas. Foram inventados os conceitos de "extensão" e "transferência", para deixar claro que o conhecimento era produzido em certos lugares (muito reduzidos) e que o resto do planeta deveria recebê-lo passivamente. *Camila Montecinos (GRAIN), "Agricultura, seu conhecimento e cuidados", Biodiversidad, sustento y culturas 59, janeiro de 2009*

A era moderna ou modernidade é uma guerra contra a subsistência. Esta guerra é contra os povos, contra "o povão", para que não possa mais sobreviver sem seguir as instruções do Estado e sem comprar mercadorias no Mercado. A modernização, o "modernizar-se", é um projeto de transformação dos povos de uma



Foto: Heriberto Rodriguez

maneira que despoja os pobres de suas habilidades inatas e enriquece mais os ricos. Iván Illich descreveu essa incapacidade progressiva dos povos como *desvalor*. No final da Idade Média, em tempos de um primeiro declínio do senso de proporção, e do início da dependência de mercadorias, as habilidades inatas da gente das aldeias foram "*desvalorizadas*", gerando novas demandas e dependências.

A partir das violentas expropriações da época chamada da *acumulação primitiva*, desde o século XV na Europa, a desvalorização foi o estado zero de toda a acumulação: a destruição original de capacidades que permite iniciar a espiral das necessidades criadas, destruidoras de mais capacidades e com isso, novas dependências. Nesse sentido, o desvalor é um processo lento e progressivo de destruição da autonomia. Também podemos dizer que a desvalorização desgasta essa qualidade; diferente do poder, que o filósofo Spinoza (1632-1677) chamou de *potentia*, que é a disponibilidade inalienável de fazer ou não fazer, autonomia em estado nascente. *Jean Robert*, "*Por um sentido común controversial, I. La guerra a la subsistència*", março de 2014



Nos últimos anos, está claro que a ajuda, mesmo que pareça bem-intencionada, pode se tornar uma armadilha de dependência, em vez de impulsionar na direção certa. Gathuru Mburu, da Rede Africana da Biodiversidade, coloca desta maneira: “As soluções não virão de fora. Precisamos mudar nosso pensamento, porque somos muito dependentes de idéias e ajuda estrangeiras. As soluções que procuramos estão debaixo do nosso nariz, muito próximas, mas continuamos a procurar no exterior. Essa dependência nos bloqueia e já não vemos as soluções e os recursos que temos à mão. O que precisamos é que nos apoiem em nossas próprias soluções. Nosso conhecimento foi desvalorizado por anos, nossa agricultura foi descrita como improdutiva e acreditam que falta educação ao nosso povo. Devemos focar no trabalho com as comunidades, para que sejam elas a traçar seu próprio destino, a tomar suas próprias decisões, com ou sem apoio. *GRAIN*, "*Veinte años de lucha por las semillas y la soberanía alimentaria* ", op. cit.

Foi em meados da década de 1990 que o governo menemista, pelas mãos do então secretário de Agricultura Felipe Solá, autorizou o cultivo de soja transgênica na Argentina. A partir daí, em um crescimento nunca antes registrado na história da agricultura mundial, a soja transgênica começou a invadir nossa terra para ocupar hoje mais de 50% da área agrícola.

A imposição desse modelo sem qualquer regulamentação governamental abriu as portas para o que alguns pesquisadores chamam, com razão, "uma máquina de fome, desmatamento e devastação socioecológica". Então, a destruição de habitats, a perda de florestas nativas, a invasão de transgênicos, a monocultura, a poluição ambiental, a substituição de produções regionais, a concentração de terras e o deslocamento da população rural formaram uma combinação explosiva cujas consequências serão pagas por todos os argentinos.

Vamos abordar apenas um dos impactos desse modelo: a situação de nossos solos. É essencial estar ciente de que, com as exportações de soja, o que fazemos é vender um dos mais ricos recursos naturais que nós argentinos possuímos, que é o nosso solo. A extração brutal de nutrientes que é realizada nos 17 milhões de hectares de soja que partem para a China ou a União Europeia para engordar seu gado está sangrando nosso território, deixando terra rasa para as gerações futuras. *Carlos Vicente (GRAIN)*, "*Ver el bosque, algunos aportes para entender la verdadera crisis del campo*", www.grain.org, 29 de março de 2008

Teríamos que fazer um diagnóstico detalhado de nossas regiões. Cada pessoa da comunidade sabe um pouco, uma parte do que acontece, o que não está certo, o que pode ser proposto. E não faltam vozes que apontem: “Por que você quer certificar o trabalho dos médicos tradicionais? Por que eles querem saber quantas nascentes ou poços temos e por que eles querem registrá-los? Por que eles querem saber quais sementes temos e por que nos exigem registrá-las, certificá-las. Como fortalecer nosso espaço de participação política, não a de partidos e eleições, mas aqui, agora, nos vales, quebradas, planícies, florestas, selvas, margens de rios ou litorais onde vivemos. Quem tem, no país e em nível internacional, o poder econômico e político em nossas regiões. Quem são os empresários, os chefes políticos, os "donos". Quem tem ou deseja controlar as regiões. Quem pratica violência. Quais as agências governamentais que dividem as comunidades. Qual o papel dos programas de

assistência, educação, cultura e desenvolvimento promovidos pelo governo? Qual o impacto que tem registrar parcelas individuais em um território que antes era comum, trabalhado em comum. Quais empresas tentam se apoderar da terra, dos cultivos, da água, do transporte e do comércio. Onde e quem deseja abrir minas ou poços de petróleo e que efeitos isso nos trará. Por que sempre querem que trabalhem para eles. Quais megaprojetos querem impor e quais seriam seus resultados. Quem são os intermediários que colocam mercadorias nas regiões, tornam mais cara a vida das comunidades e aumentam o número de coisas que realmente não nos servem. Como vamos exercer um autogoverno e projetos conjuntos entre iguais no nível regional, quando comunidades isoladas não podem realmente romper nenhum cerco”.

Como todos sabem um pouco, as pessoas se propõem a abrir cada vez mais espaços de total liberdade para pensar juntos, para entre todos saber todo o possível. Devemos repensar juntos a visão do nosso lugar.

“Que os velhos contem a visão e o cuidado que havia antes, e que os novos investiguem as novas ferramentas de pensamento e trabalho, mas também os perigos de técnicas e soluções falsas vindas de fora que nos separam do que é importante e nos isolam”, dizem as comunidades.

Pensar a nação a partir das localidades e pensar o nível comunitário do ponto de vista de uma complexidade nacional e global. “Conhecer e entender realmente onde estamos, onde vivemos. É preciso saber ser como os pássaros e ver o panorama, o horizonte, completo, e depois ser como a lupa e olhar os detalhes”. *Colectivo Coa, Red en Defensa del Maíz, Ojarasca, Herramientas para sembrar autonomía, Cuadernos de Biodiversidad 31, Biodiversidad, sustento y culturas 64, abril de 2010*



Foto: Jerónimo Palomares

As iniciativas de resistência ressurgem nos últimos vinte anos junto à expulsão, ao empobrecimento e à marginalização. Recuperar a cultura, a própria espiritualidade, a organização, o tecido social, os mercados locais, a capacidade de controle dos processos produtivos; restaurar terras e territórios, reconstruir ecossistemas, proteger e ampliar a biodiversidade, diversificar a agricultura, reativar as sementes próprias, são todos aspectos de esforços que buscam assumir a complexidade dos processos que determinam a vida de povos e comunidades, e retomar o controle deles.

Os esforços das comunidades rurais da América Latina, Ásia, África, e também da Europa, atualmente procuram reconstruir o pleno direito de serem camponeses e indígenas. De acordo com cada circunstância, suas experiências assumem formas muito diferentes. Eles são um exemplo da diversidade cultural, social e política necessária para recuperar a diversidade agrícola e biológica. São experiências que buscam fortalecer a capacidade de tomada de decisão das famílias e comunidades envolvidas. Muitos tentam expressar, entender e enfrentar estrategicamente as condições sociais e políticas que determinam sua condição atual. Há também uma crescente cons-

cientização da interdependência entre o bem-estar humano e a saúde de seu ecossistema, incluindo a saúde e a diversidade dos cultivos. São recuperadas diversidade, culturas, ecologia e agricultura, sem separar a conservação e o uso.

Uma característica é muito promissora: a reativação dos sistemas camponeses para a construção de saberes, sistemas que fundem formas coletivas e pessoais de observação, experimentação e troca, e que unem ao conhecimento o respeito, a espiritualidade e um conjunto de normas sociais definidas localmente. Essa busca permite a geração e a reativação autônoma de saberes pelas comunidades e famílias e, finalmente, o florescimento, outra vez, da mais antiga criatividade social da humanidade. *Camila Montecinos (GRAIN), "La agricultura, sus saberes y cuidados"*, op. cit.

Desde o século 19, a esperança é entendida como uma promessa que diz respeito ao futuro. Uma visão alternativa de esperança é aquela que envolve ansiar com toda a nossa força pelo infinito, agora. Isso significa *tornar-se* e não apenas *passivamente ser*. Esse suceder, nos transformarmos, implica aspirar a algo que aparentemente não é imediato. Talvez seja algo que transcende qualquer imediatismo e tem a ver com o eterno. É Spinoza (filósofo favorito de Marx) quem afirma que, se nossas respostas ao que existe são receptivas a tudo o que existe, então, de fato, tocamos o eterno. Em outras palavras, o eterno não é algo que devemos esperar, é algo que está presente naqueles clarões momentâneos de conexão, de "alinhamento" com algo que nos sustenta e ao qual pertencemos.

Em sua intensidade ou tragédia vital, esses momentos (com suas inúmeras decisões pessoais, encontros, iluminações, sacrifícios, desejos, arrependimentos e lembranças) têm um efeito imediato e incluem as experiências de uma liberdade em ação. (A liberdade sem ações não existe.) Momentos assim são transcendentais - como nenhum "resultado" histórico pode ser, porque tocam o eterno. E, embora haja momentos frequentes que de alguma forma contêm o eterno, quase todos são extremamente difíceis e podem envolver sacrifício, dor, uma dor compartilhada e esforço sem fim, porque a vida é muito difícil.

Mas temos que viver o presente e nossos relacionamentos de uma maneira muito diferente daquela proposta pela visão de mundo que é implantada em toda parte. Podemos resistir a ela - quase ninguém acredita nela - é algo que se ouve, que difunde pela mídia. E podemos resistir a ela através das ações e relacionamentos de que falamos, mas devemos rejeitar completamente seu vocabulário atual. Não vale a pena discutir em seus termos. Nós devemos criar outro vocabulário. Existem certos termos que perderam totalmente o significado. Termos usados atualmente, como "desenvolvimento" ou "democracia" e a maneira como são usados.

Nós resistimos, acima de tudo (é muito importante ouvir Franz Fanon), quando recusamos nos julgar com os critérios de nossos opressores. Quando rejeitamos os valores da manipulação. Quando rejeitamos não apenas os termos de nossos opressores, mas a história que eles contam. Devemos lembrar que a pior ocupação é ter o espírito e o pensamento invadidos.

Então, uma coisa mais que precisamos fazer é prestar muita atenção ao que nos rodeia. Como a visão de mundo dominante - que não aceitamos - nos ensurdece, não percebemos que ela propõe uma escala de tempo muito curta e limitada - mesmo em seus próprios termos. Você só tem lucro máximo nos próximos quatro minutos, nas próximas 24 horas. Quando muito alcança os próximos cinco, dez anos. Essa é uma limitação de perspectiva incrível. Nunca houve nada parecido na história. Com uma visão tão limitada, é inevitável ignorar as várias escalas temporais que existem em todo o natural à nossa volta, inclusive nós mesmos. Você pode ser uma pessoa que olha uma cabra e a vê apenas em termos de preço e da comercialização do leite, em vez de estar no olhar que flui de nós e para nós. Mas, se pensarmos na existência do leite e em tudo o que vai dele e vem para ele, em todo seu ciclo, também aí encontramos sinais de esperança em escalas de tempo muito vastas.

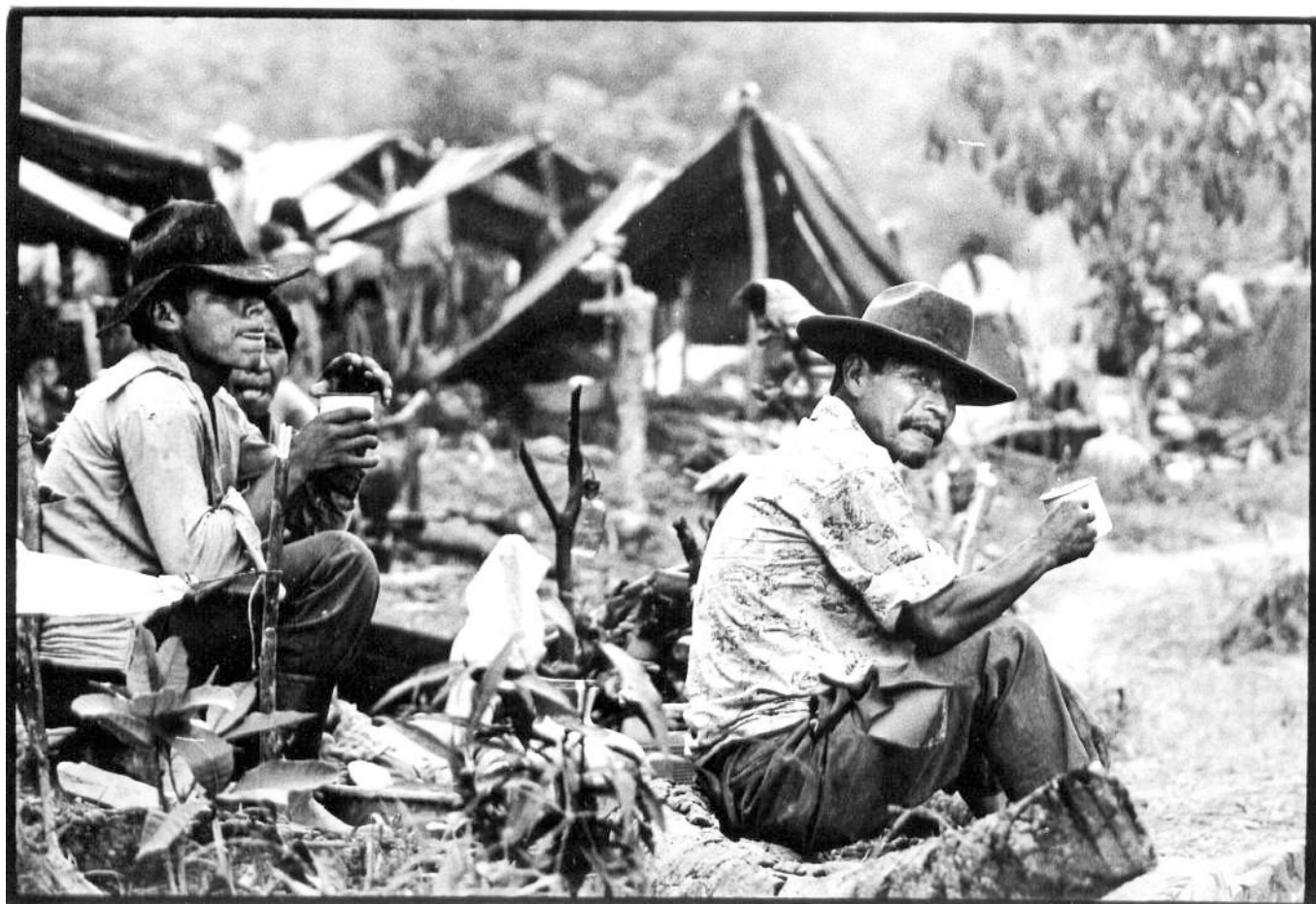
[...] Se a imaginação se liga, é crucial reavivar nosso relacionamento com os mortos. Em inglês, o termo é *remember* e em castelhano [e em português] é *recordar*, que geralmente significam recordar, lembrar. Literalmente, porém, significam reunir os membros que foram separados. Mesmo em francês, o termo *rappeler*, usado para lembrar, implica um chamado para reunir o separado. Se Giambattista Vico está correto quando afirma que o humano vem de *humanitas*, *humare*, quer dizer, do ato de enterrar os mortos, esse ato de enterrar é um ato de manter a memória, de recordar, de reconectar os membros que foram separados, e isso é absolutamente intrínseco à imaginação humana, à identidade humana. Esse ato de recordar é obviamente honrar os mortos, mas é algo mais. Talvez então deixemos que Roberto Juarroz, o poeta argentino (ver poema número 61 de sua *sexta poesia vertical*, 1975), nos fale dessa relação e de nossa busca:

Eu olho para uma árvore.
Tu olhas qualquer coisa longe.
Mas sei que se não olhasse para essa árvore, tu a olharias por mim
e sabes que, se não olhasses para o que estavas olhando, eu olharia por ti.

Já não nos basta olhar cada um com o outro.
Conseguimos que, se um dos dois faltar, o outro olhe o que um teria que olhar.
Agora só precisamos estabelecer um olhar que olhe pelos dois o que ambos
deveríamos olhar quando não estivermos em lugar algum

Entrevista com John Berger: "Esperança entre os dentes", La Jornada, março de 2007; Biodiversidad, sustento y culturas 53, julho de 2007

Argentina, Paraguai, Colômbia, Equador, Bolívia, América Central, México? Quem são esses homens que bebem algo quente, café ou chá de erva-luisa, chá da montanha ou um copo de água, enquanto as mulheres acendem o fogo e trabalham entre os toldos improvisados onde o grupo fica? Eles são desalojados pelos chamados grupos de autodefesa colombianos (aqueles paramilitares que, por dinheiro, atropelam, matam e semeiam terror), ou talvez pessoas fugindo das pulverizações com glifosato na selvática fronteira equatoriana com a Colômbia? Ou o agronegócio tomou suas terras com trapaças? São por acaso refugiados das guerras de contra-insurgência da América Central dos anos 80? Ou trabalhadores diaristas no exílio, semi-escravos em algum mar verde e escuro de soja transgênica nas profundezas do Paraguai, da Argentina ou de Santa Cruz da Bolívia? Pessoas sem terra em algum canto remoto do Brasil? Mexicanos corridos por invasões de gado e drogas, em direção a alguma plantação transnacional dentro do próprio México? Não temos dados sobre a foto. Nem onde nem quando foi tirada, nem quem testemunhou em primeira mão aqueles olhares em um horizonte invisível. Um horizonte que ainda está lá. Qualquer que seja sua vida, sua coragem os fez viajar para voltar a **ser**, ainda que fugazmente. E mesmo que alienem seu futuro nessa aposta, o absurdo pesa mais e deve ser rompido, por isso arriscam tudo para sentir, pelo menos na família ou na comunidade improvisada que formam com outros destituídos, que estão vivos e que há esperança.



O ataque está mais forte do que nunca, é mais vasto e brutal, mais coeso. Mas os povos sabem que nunca tudo está perdido. E eles refletem coletivamente, organizam-se e começam a entender o que pesa e como transformar isso. E, mais cedo do que tarde, os projetos autogestionários, comunitários e autonômicos começam a dar respostas pontuais no cotidiano dos espaços que, com a luta, os grupos, os povos, as pessoas, a comunidade semeiam e fazem florescer.

Sirva esta foto anônima, de seres sem nome, como estímulo à memória. Como uma maneira de manter viva a vida que, agachada e com uma vasilha de estanho na mão, continua a ver o futuro em todos os cantos de um continente americano cada vez mais insubmisso. *Editorial, Biodiversidad, sustento y culturas 52, abril de 2007* 🌿

A revista *Biodiversidad, sustento y culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad

A *Alianza Biodiversidad* também produz *Biodiversidad en América Latina*, disponível em:

<http://www.biodiversidadla.org>

A *Alianza* é composta, atualmente, por doze movimentos e organizações que atuam ativamente nestes temas na região:

GRAIN, Argentina, Chile e México (<http://www.grain.org>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>),

ETC Group, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

Acción Ecológica, Equador (<http://www.accionecologica.org>)

Campanha Mundial da Semente da Via Campesina América Latina
(<http://www.viacampesina.org>)

CLOC - Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Acción por la Biodiversidad, Argentina (<http://www.biodiversidadla.org>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

Sítios temáticos: <http://www.farmlandgrab.org/> e <http://www.bilaterals.org/>

A *Alianza Biodiversidad* convida todas as pessoas interessadas a apoiarem seu trabalho de articulação em defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades. Os fundos arrecadados através das doações serão destinados a fortalecer os circuitos de distribuição da Revista Biodiversidade, Sustento e Culturas, bem como sua impressão nos diferentes países em que a *Alianza Biodiversidad* atua

http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la, favor enviar uma mensagem de e-mail com sua solicitação para:

Acción por la Biodiversidad

sitiobiodla@gmail.com Assunto: assinatura da revista

Por favor, enviem os seguintes dados: Correio eletrônico, Organização, Atividade principal da organização, Nome e sobrenome, Telefone, País, Endereço postal: código postal, cidade, província (município), departamento (estado)



GRAIN

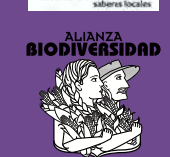


acción ecológica



etc group

grupo de acción e investigación, tecnología y comunicación



SUSTENTO Y CULTURAS

